

AFRÂNIO TADEU BOPPRÉ

EXPANSÃO URBANA EM FLORIANÓPOLIS
Conflito entre a cidade real e a cidade legal

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia na área de concentração Desenvolvimento Urbano, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued

FLORIANÓPOLIS
2003

Aos professores e professoras pelos ensinamentos.

À minha companheira Cristini.

Aos meus pais Walter e Noemi.

Saudosa maloca
(Adoniram Barbosa)

Sio sinhô num tá lembrado
Dá licença de contá
Que aqui onde agora está
Esse edifício arto
Era um a casa véia
Um palacete assobradado
Foi aqui seu moço
Que eu Mato Grosso e o Joca
Construí o nossa maloca
Mais um dia
Nóis nem pode se lembrá
Veio os home com as ferramenta
O dono mandô derrubá
Peguem o todas nossas coisas
E fum o pro meio da rua
Preciá a demolição
Que tristeza que nós sentia
Cada tauba que caía
Duía no coração

Agradecimentos

O professor Idaleto Malvezzi Aued, me pôs a frente de uma responsabilidade político-acadêmica e a esta somou como orientador. Sem relutar, me disponibilizou dois de seus atributos, quais sejam: o entusiasmo e seu profundo conhecimento sobre o pensamento de Karl Marx. Com esta inestimável colaboração, me auxiliou para evitar que o cotidiano de meu ativismo político dominasse e inviabilizasse minha pretensão acadêmica. Por tudo isso, meu sincero agradecimento.

Aos(as) companheiros(as) que partilham comigo a responsabilidade de conduzir o nosso mandato na Assembléia Legislativa, forjaram harmonia indispensável para o findar desta dissertação. Devo destacar a especial curiosidade de Edson Luiz Vicentim que muita serventia me trouxe.

Aos meus professores do curso (geógrafos, filósofos, arquitetos e economistas) que me fizeram ver a importância da interdisciplinariedade e o meu muito obrigado também aos funcionários do nosso Departamento, em especial à Marli.

Agradeço também à Cristini por compreender o significado de meus estudos e pelo estímulo.

Meu agradecimento de igual forma, aos demais colegas mestrandos pelos ensinamentos e ao interesse de Fernando Chiquio Boppré, graduando de história desta universidade pelo auxílio nas pesquisas.

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
INTRODUÇÃO.....	08
1. O Fenômeno Urbano.....	14
2. Notas sobre o desenvolvimento	19
3. Olhando para o passado.....	27
4. Sobre as características de Florianópolis.....	43
5. O caráter capitalista do município de Florianópolis.....	56
6. Florianópolis cresce para o alto.....	63
7. Sobre o planejamento e o implanejável.....	70
8. Políticas públicas contratendentes.....	78
9. As bipolaridades comunidade x categoria e público x privado.....	81
9.1 Radicalizando a democracia.....	83
9.2. Planejamento participativo: um passo à frente.....	86
9.3. Sistema integrado de participação popular.....	89
10. Considerações finais.....	90
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	97
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	102
OBRAS CONSULTADAS.....	103

RESUMO

Este trabalho se propõe a relatar o fenômeno da expansão urbana no município de Florianópolis identificando suas determinações e a produção de seus efeitos. É uma abordagem que ao verificar as leis prevaletentes no modo de produção capitalista, preocupa-se em observar as especificidades geográficas, culturais, econômicas e sociais da realidade local. Expõe as marcas definidoras do processo da expansão urbana florianopolitana, visando explicar os seus respectivos tempos históricos. Não é uma historiografia, mas, uma abordagem que aponta o ininterrupto processo de redefinições da funcionalidade urbana a luz dos interesses dominantes. O remontar da cidade é visto como uma continuada adaptação do espaço ao interesse capitalista que vai gradativamente acentuando suas novas funções e moldando a cultura e o espaço. O presente trabalho identifica uma apartação social onde caracteriza-se de maneira acentuada a construção de duas cidades distintas. De um lado, a dos ricos e do outro lado a dos pobres.

ABSTRACT

The current paper aims to expose the phenomenon of the urban expansion in the city of Florianopolis, SC, identifying its determination and the product of its effects. It is a view that, verifying the rules of the capitalist production method, observes geographic, cultural, economic and social specific aspects of the city's reality. It exposes the defining marks of the urban expansion process of the city, aiming to explain the correspondent historical time. It is not only a historical approach but a view that points out the non-stopping process of redefining the urban functionality as the dominant interests themselves are redefined.

The rebuilding of the city is seen as a continuous adaptation of space to the capitalist interests - that gradually highlights the city's new functions and molds culture and space. The present work identifies a social partition that effectively creates, in a distinct manner, two very different cities. One is the city of the rich; and the other is the one of the poor.

INTRODUÇÃO

Para pesquisar sobre o fenômeno do desenvolvimento do espaço urbano em Florianópolis, partimos da premissa de que seria necessário buscar a significação dos termos *desenvolvimento e espaço urbano*. A articulação destas palavras acabou por produzir uma idéia-força que ganhou vida própria e pulou uma necessária reflexão sobre o conteúdo dessas expressões que se banalizaram. Contudo, a definição destes termos, por si só, não elucidam suficientemente a questão se não articularmos o contexto histórico em que subsistem, de modo que possamos localizá-los em suas relações gerais e desdobrá-los em suas implicações localmente materializadas. Em outras palavras: nos seus tempos históricos e nos seus espaços geográficos.

Não menos importante é reincidir no apelo a uma observação, mesmo que óbvia: nem o desenvolvimento, nem o espaço urbano são obras do acaso e tampouco elementos da natureza-natural e sim da natureza-social. É indispensável reconhecer que a díade desenvolvimento e espaço urbano, quando expressadas, são declaradas como idealização e decorrentes elementos de uma visão antropocêntrica do mundo. Assim,

A natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza¹.

Esta conclusão de suposta superioridade advém da percepção de que o homem transitou de uma condição, em que vivia daquilo que a natureza oferecia para sua subsistência, para uma outra condição: a da produção. É por decorrência da era da produção que o homem se “livra” da condição de escravo das circunstâncias impostas pela natureza-natural e, subseqüentemente, as condições de reprodução de sua vida, passaram a depender daquilo que o trabalho humano, com a natureza, produzia. A percepção do potencial

¹ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os descaminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1988. p.25.

dominador da natureza pelo homem, por meio da cultura, promoveu a idéia de o mesmo se considerar superior e inclusive se ver enquanto não-natureza instituindo um novo estágio: o civilizatório. A civilização pode ser a negação do estágio primata e selvagem e, ao mesmo tempo, o caminhar para um estágio que se considera “superior”, e por isso, deve ser perseguido, subjungando os anteriores. O homem depara-se com o constante processo de se desvincular do estágio natural da natureza, imputando rota continuada de transmutação para o cultural. O estado selvagem em sua fase inferior é tido, segundo Friedrich Engels em sua clássica obra, *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, como a “infância do gênero humano”² e após a confirmação da manipulação da natureza pelo homem, este mesmo homem passa a vivenciar um ininterrupto reinventar cultural da natureza.

A partir daí, tudo é percebido, concebido e sentido antropocentricamente. O processo de desenvolvimento, é em si, a sucessiva e incessante superação de estágios de dominação da natureza pelo homem e do homem pelo próprio homem, onde o espaço, a este curso, sempre esteve historicamente vinculado seja como determinação ou determinado.

A cidade é espacialização social e temporal; é reflexo e condição da relação homem-homem e homem-natureza. É produto de um processo sócio-histórico. A cidade que conhecemos atualmente é a cidade que está sob a égide do capital. Sendo assim, está permeada por relações de classes constitutivas da ordem social burguesa. Proprietários e não proprietários dos meios de produção, circulação de mercadorias e prestação de serviços mercantilizados. É resultado e, ao mesmo tempo, ambiente que viabiliza as relações de classes sociais que se antagonizam no espaço multifacetadamente.

Não haverá sociedade superior a que vivemos se não reinventarmos a cidade. Não haverá reinvenção da cidade, se não ultrapassarmos a barreira do possível. Adotar a estratégia da “mudança possível” é tornar-se refém do existente. O existente em percepção

² ENGELS, Friedrich. *A origem da família da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. p. 22

macrossociológica serve enquanto ponto de partida e o futuro então, passa a ser um horizonte aberto de possibilidades. A desintegração do padrão urbano que conhecemos, é produtora de curso degenerativo das condições de vida. Enquanto uma intervenção consciente, uma opção coletiva de qualidade nova (“mudança não-possível”), não alterar o curso histórico que seguimos, o processo seguirá degenerando-nos. O leque de opções é reduzido: degeneração ou regeneração. De modo a não permitir falsas conclusões Milton Santos afirma:

*O problema se localiza nas cidades, mas é equívoco tratá-lo como questão urbana. Equívoco e enganoso. A questão é muito mais do que urbana: é local, estadual e federal; é nacional e internacional. Podemos dizer que estruturalmente a crise é muito mais uma crise na cidade do que uma crise da cidade. Tratá-la funcionalmente, com remédios simplesmente tópicos, pode fazer efeito no curtíssimo prazo, mas levará a uma crise maior.*³

O fato de se reconhecer que a cidade é o locus da degeneração, não nos dá o direito de desconsiderar as especificidades de cada um deles. Comungamos da afirmação de que a origem desta degeneração tem outras fontes e que são para além do locus. No entanto, a intensidade das crises e sua duração, as características físicas, o estágio cultural, as determinações econômicas, políticas e sociais definem realidades inéditas e cada qual “ressurge” a partir de suas particularidades e ao mesmo tempo, equalizando-se enquanto fenômeno global. Sendo assim, cabe “cair” no território e no lugar para interagir e mediar as determinações estruturais sociais gerais com o locus. Observa-se, no entanto, a partir do processo real de ocupação do solo, que o suposto interesse contido na legislação não se confirma. A ordem é a desordem.

É importante ressaltar que essa tendência, que vai em sentido oposto à idéia de preservação, não se dá exclusivamente por meio de determinações municipais. Existem determinações de natureza extra-municipal, como por exemplo:

³ SANTOS, Milton. Quem tem medo das grandes cidades? In: RIBEIRO, Wagner Costa. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** São Paulo: Publifolha, 2002. p.125.

- o processo que promove a movimentação dos trabalhadores rurais do campo em direção à cidade;
- principalmente a ação de empresas como Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e Casan (Companhia de Água e Saneamento do Estado de Santa Catarina) que operaram com planos próprios e atuam desconectadamente das ações e da legislação municipal;
- a falta de assistência para determinados serviços de saúde nos municípios do interior de Santa Catarina, resultando na transferência de pacientes (e seus familiares) para serem amparados pelos sistema de saúde na Capital;
- as conseqüências econômicas e sociais da política neoliberal do governo federal que impactaram no sentido de estimular a precarização das condições de vida, dentre elas as da moradia e, por decorrência, aumentando o número de edificações clandestinas;
- a centralização tributária e a correspondente descentralização das políticas sociais que recaíram sobre os municípios nos últimos anos.

Essas e outras determinações de caráter extra-municipal atuam como fatores de peso substancial, e acabam por induzir e promover o crescimento do Município. Já em perspectiva intra-municipal podemos acusar, como determinantes do perfil do crescimento de Florianópolis:

- o poderio da indústria da construção e do imobiliário;
- o modo de exploração da atividade turística, predominando o econômico sobre o ambiental;
- a pouca capacidade estrutural de fiscalização dos órgãos municipais;
- o desconhecimento da legislação por parte da maioria da população local;
- a falta de consciência ambiental e a inexistência de espaços de participação da população nas determinações das políticas públicas municipais etc.

É certo, porém, que possamos assumir desde já a idéia de que, em âmbito municipal, é possível interferir com alguma eficácia sobre as determinações que nele têm origem, e/ou tomam vida e se desenvolvem.

Assim sendo, podemos observar, como elemento do cotidiano, uma relação conflituosa entre dois movimentos distintos. De um lado, o movimento da “cidade real” e, de outro, a “cidade legal”. Nesta bipolarização, a cidade real gradativamente desconsidera as orientações indicadas pela cidade legal e vice-versa. Por outro lado, o Poder é imperioso e instrumento de regulamentação. A legalidade não é divina nem resultado de uma racionalidade neutra. A definição sobre a legalidade fundiária está diretamente relacionada com o interesse do capital: tudo pode ser ilegal até o capital mostrar sua contrariedade. A lei amolda e incorpora o interesse capitalista. Ela é “do” e “para” o capital. São muitas as determinações desse resultado e quando constatadas provocam um inquietante desafio.

Já as camadas populares são levadas à lógica oposta. Se a legislação urbana está hegemônica pela lógica do capital, se por ele é pautada, as camadas populares são lançadas em sua maioria à ilegalidade que, na contradição, passam em alguns casos por um processo de legitimação social e sua posterior legalização. Em outros casos, condenados à ilegalidade. Afinal, é forçoso reconhecer que a cidade é produzida para acolher seletos segmentos da sociedade; assim o trabalhador, quando incorporado na concepção do espaço urbano burguês o é, em razão de o mesmo ser imprescindível para a produção e reprodução do capital. Ainda assim, restam amplos setores que do ponto de vista da utilidade da força de trabalho são socialmente incorporados e, do ponto de vista de outras dimensões de suas vidas (moradia, educação, saúde, cultura, transporte etc.), são socialmente excluídos. Mais: temos significativos estratos que sequer assimilados são enquanto força de trabalho. Neste caso a sociedade do assalariamento rejeita o assalariado. Esta rejeição está na origem do próprio sistema e mesmo que a sociedade esteja ávida por solução para todos os malefícios crescentes

(criminalidade, desagregação social, miserabilidade, entre outros) temos um impedimento sistêmico que nega a possibilidade de superação destas enfermidades sociais.

Nossa pesquisa aconteceu guiada pelo estudo da história observando marcos da expansão urbana. Estes marcos ora, eram equipamentos a exemplo da Ponte Hercílio Luz ou aterro hidráulico da Baía Sul ora, conjunturas econômicas e políticas. O critério metodológico fez o espaço geográfico ponto de partida para conhecer o tempo histórico. O tempo cronológico (historiografia) não foi definidor de nosso roteiro. Deste trabalho resultou uma visão panorâmica e quando necessário acabamos estudando particularmente os eventos. Encontramos assim, um caminho que possibilitou a partir da cidade de hoje, remontar elementos de suas origens para entendê-la na atualidade e compreender suas possibilidades de futuro. De posse de um primeiro resultado analítico que nos exigiu definições conceituais vivas e em movimento, apresentamos vetores que consideramos contra-tendências. Ou seja, ações que se operadas atuam em sentido oposto a tendência. Dentre eles destacamos o Planejamento Participativo como processo de apropriação coletiva da cidade; a aplicação de políticas públicas protetoras do meio ambiente; a promoção da cidadania como elemento anti-exclusão social e econômica e a economia solidária como proposta embrionária mas alternativa e oponente a lei principal da acumulação capitalista qual seja: competição.

1. Fenômeno Urbano

Para definir o que vem a ser o espaço urbano, partimos da constatação de que em certo momento histórico ocorreu a cisão da sociedade em duas diferentes aglomerações humanas: o campo e a cidade. O fator decisivo desta ruptura, foi a possibilidade de uma delas não mais se obrigar à produção de alimentos. A urbe é, a partir de então, aglomeração humana concentrada espacialmente e desresponsabilizada de sua produção alimentar primária. A ela competem agora outras produções. Sendo assim, a constituição da urbe é, ao mesmo tempo, a afirmação do campo como outro espaço que bipolariza e complementa.

Como pré-condição econômica da cisão campo x cidade está a indispensável produção de um excedente alimentar, isto é, o montante produzido tem que assegurar a ração alimentar de forma a garantir a produção e reprodução das vidas dos que produzem e dos que não produzem a alimentação. Aí reside um fato curioso: a prova de que é possível se assegurarem as condições de reprodução da vida sem contudo precisar-se trabalhar é, em sua decorrência, que na aparência há uma relação de exploração entre campo x cidade, ocultando, de outra forma, as relações sociais de produção e seus conteúdos de classe.

Esta autonomização alimentar da cidade, determinada pelo campo, produziu de maneira explícita a dependência da vida dos que habitam a urbe em relação ao campo e uma relativa auto-suficiência (cada vez menor) do campo em relação à cidade.

O fenômeno da urbanização é anterior ao modo de produção capitalista. A cidade é pré-capitalista. No entanto, metamorfoseou-se e assumiu novo caráter. A divisão cidade x campo tem uma dimensão visual e, nestes termos, pode nos iludir, pois o sentido da visão nos leva, no máximo, ao contato com o aparente. Cria a possibilidade de se produzir a falsa sensação de que a existência em si da cidade e do campo fosse derivada deles mesmas e de que de suas simples existências também decorreria uma suficiente explicação da origem de

suas desigualdades sociais e econômicas. Campo e cidade estão em espaços diferentes; a noção de tempo para os que nelas vivem são também diferentes, mas não só. Os hábitos culturais, os estilos das habitações, a culinária, o vocabulário de seus habitantes, suas doenças, suas festas e músicas diferenciam-se. Estas diferenças são aparentes e perceptíveis aos sentidos animais, seja por meio da visão, da audição, da degustação, da olfação e ou do tato. Oculta à estes sensores que captam somente parte da realidade, está uma outra cisão e que merece indispensável atenção: trata-se da divisão da sociedade em classes sociais. Esta divisão pode ser perceptível por meio dos sentidos animais, mas não é compreendida, esclarecida ou decodificável por meio deles. As relações de classes estão encobertas, não são aparentes, assumem forma fantasmagórica. Elucidar e compreender esta divisão só é possível usando um outro recurso ou o sexto sentido: o cognitivo. Para isso, deve ser considerado sobre a aparência o que segue:

[...] que ela não é resultado de um erro ou engano do observador. Trata-se de uma das duas dimensões da realidade, tão real quanto a sua oposta, a essência. O erro não está na aparência e nem mesmo na interpretação que ela sugere, mas na crença de que a realidade tem uma só dimensão. O equívoco sobre o capitalismo consiste em pensar que a realidade é unidimensional, ou melhor, não saber de sua bidimensionalidade. Na verdade, existem, nesse aspecto, dois erros teóricos opostos: o empirismo daquele que somente vê a aparência e, por outro lado, o seu contrário, o fundamentalismo, que acredita que só a essência é verdadeira. [...] No entanto, poderíamos destacar que, apesar de tudo, a essência deve ser vista como tendo uma superioridade sobre a aparência e talvez por duas razões básicas. Em primeiro lugar, porque só ela é capaz de permitir a lógica e estruturada compreensão sobre os nexos mais íntimos da realidade, possibilitando prever as potencialidades do seu desenvolvimento, dos seus destinos possíveis. Em segundo, porque, a partir dela, com os instrumentos que fornece, é possível entender todas as características da aparência, além de explicar a razão pela qual a aparência deve ser necessariamente como é. Em certo sentido, a essência contém dentro de si a própria aparência.⁴

Já Idaletto Malvezzi Aued assim explica:

[...] na sociedade burguesa, a relação entre a classe capitalista e a classe operária não é transparente, ou seja, não é facilmente percebida. Há uma névoa que encobre a relação entre os homens burgueses. No dia-a-dia é comum dizer que o salário que o trabalhador recebe é a remuneração pelo seu trabalho. Tal afirmação é uma ilusão que faz que a relação

⁴ CARCANHOLO, Reinaldo A. Sobre a ilusória origem da mais-valia. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 16, p. 77-78, mar., 2003.

*entre o capitalista e o trabalhador assalariado não seja compreendida espontaneamente; ela só pode ser apreendida pela ciência. É por esta razão que Marx afirma, em sua última obra, 'O Capital', que, se a aparência expressasse o que é, a ciência não seria necessária.*⁵

O questionamento de Paul Singer que segue está contido de uma grande explosão cognitiva ou ainda, da ruptura da percepção unidimensional.

*Uma sociedade igualitária, em que todos participam do mesmo modo na produção e na apropriação do produto, pode, na verdade, produzir um excedente, mas não haveria como fazer com que uma parte da sociedade apenas se dedicasse à sua produção, para que outra parte dele se apropriasse.*⁶

Como aceitar a idéia de que a existência em si da cidade e do campo fosse ela mesma a razão das desigualdades sociais e econômicas, na medida em que o campo produz excedentes para a cidade se alimentar, ou ainda, o primeiro se esfalfa e o segundo usufrui, se, percebemos em ambos espaços/ambientes relações sociais de produção onde existe quem produz e quem se apropria da produção? O capitalismo é sistema uno (mundo) e a divisão entre urbe e campo é apenas uma subdivisão secundária deste sistema – nem por isso não importante, daí vislumbrando-se em ambos, uma mesma qualidade: a produção capitalista.

*[...] o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreender sua marcha, não precisamos ir muito longe na história. Embora os prenúncios da produção capitalista já apareçam, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI. Onde ela surge, a servidão já está abolida há muito tempo, e já estão em plena decadência as cidades soberanas que representam o apogeu da Idade Média.*⁷

No manifesto comunista de Marx e Engels deparamo-nos elucidadamente com a dinâmica voraz da produção capitalista. Qualidade imposta agora para qualquer espaço, seja campo ou cidade, que se tornaram materializações do mesmo sistema.

⁵ AUED, Idaletto Malvezzi. **O Ensino da geografia no novo milênio: marxismo e geografia**. Chapecó: Argos, 2002. p. 20.

⁶ SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 13

⁷ MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Civilização Brasileira, 2001. Livro 1, v.2, cap. XXIV, p. 829.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.

[...] No lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si mesmas, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma interdependência universal das nações.

[...] Os preços baixos de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, força-as a abraçar o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança. A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural.⁸

A cidade não foi erigida “há” e “pela” formação social burguesa: esta apenas lhe conferiu novo caráter. Segundo Paul Singer, a origem da cidade se confunde com a origem da sociedade de classes que lhe é precedente.

Em certas sociedades rurais, de formas variadas, se diferencia uma classe que passa a se dedicar totalmente a certas atividades não produtivas, em geral à guerra e à religião, recebendo do resto da sociedade o seu sustento material. Esta diferenciação não se completa, no entanto, enquanto guerreiros e sacerdotes ainda permanecem no meio rural, fazendo cultivar seus campos por servos ou escravos. Somente quando a residência do guerreiro se transforma em forte e a dos sacerdotes em templo, agrupando-se ao seu redor as casas de seus servos especializados, isto é, que igualmente deixaram de ser produtores diretos, só então a estrutura de classes se consolida e o princípio da diferenciação entre campo e cidade se estabelece. Outra forma pela qual se estabeleceram sociedades de classes foi a conquista externa. Uma comunidade se impõe, pela força das armas, a outra e dela passa a extrair um excedente.⁹

É forçoso reconhecer, então, que o processo de estabelecimento da cidade é, ao mesmo tempo, materialização da dominação em esfera política e uma base nova na organização da produção. Em outras palavras, o emergir da urbe é resultado da sociedade de classes não capitalista e condição *sine qua non* para o emergir do modo de produção capitalista, na medida em que, como já defendeu Adam Smith em *A riqueza das nações*, a aglomeração

⁸ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Global, 1993. p. 78-80.

⁹ SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 13.

urbana viabiliza a divisão do trabalho. Jean Lojkin demonstra de que maneira a urbanização tornou-se elemento indispensável ao processo de acumulação do capital.

[...] longe de ser um fenômeno menor, a urbanização desempenha, a nosso ver, papel tão importante quanto a multiplicação da potência mecânica do trabalho na unidade de produção.

*Marx demonstrou no **capital** que o modo de produção capitalista é obrigado a “revolucionar” incessantemente seus meios de produção para aumentar a parte do trabalho excedente com relação ao trabalho necessário. Longe de ser pura necessidade técnica, o aumento da produtividade é imprescindível ao desenvolvimento da acumulação capitalista.*

*Ora, esta análise bem conhecida das relações entre desenvolvimento das forças produtivas e acumulação do capital não se limita absolutamente, como às vezes se acredita, ao trabalho na oficina ou mesmo na unidade de produção. A socialização das forças produtivas, consecutivas ao desenvolvimento da mais-valia relativa, não está em absoluto limitada à formação do “trabalhador coletivo” no local da produção; para Marx, esse conceito de socialização estende-se também de fato ao conjunto da reprodução do capital social. Com mais exatidão, pode-se dizer que ela abrange simultaneamente a divisão técnica do trabalho na oficina e a divisão do trabalho no conjunto de uma sociedade. Assim Marx é levado a desenvolver um novo conceito para definir a relação entre o processo imediato de produção e de circulação, por um lado, e, por outro, o processo global de produção e de circulação do capital: é o que ele chama as **condições gerais** da produção.¹⁰*

É neste sentido que queremos aqui discutir o chamado *fenômeno urbano*. Toda esta explicação se faz necessária para suprimir a falsa idéia de que seria possível edificar um estatuto teórico próprio para a urbanização. Seria como acreditar que a razão da existência da urbanização e de sua movimentação estivesse contida nelas mesmas, ensimesmadas. A urbes, ao já se constituir capitalista, ou ainda, a ela se lhe conferir e se lhe empregar o uso capitalista, passou à condição geral para viabilizar o objetivo do capital: valorizar valor; produzir e fazer circular mercadorias de tal forma que nelas se contenha o máximo possível de trabalho não pago que, reaplicado, torna-se capital.

¹⁰ LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. p. 122-123.

2. Notas sobre o desenvolvimento

O termo “desenvolvimento” em primeira aproximação, traz consigo, a idéia de um caminho que, se perseguido, nos guindaria a uma situação de mais felicidade. É por isso que ele está tão presente nos discursos. Todos prometem o desenvolvimento e quase tudo é feito em seu nome. Religiões prometem o desenvolvimento espiritual; fisioterapeutas asseguram o desenvolvimento físico-corporal; escolas praticam o desenvolvimento intelectual; governos asseguram o desenvolvimento econômico e social etc. A palavra “desenvolvimento” encontra-se difundida por todas as áreas do conhecimento e assumiu valor imperativo, se constituindo inclusive em ideologia. Afinal, quem ousaria se opor ao desenvolvimento?

É certo que a proposta de desenvolver é ao mesmo tempo a negação, em algum sentido, da situação em que nos encontramos atualmente e a esperança de uma situação futura para melhor. Desenvolver é negar e afirmar concomitantemente. É o reconhecimento de que a situação vivida é mutável. Esta mutabilidade não é natural, mas social, e portanto, está, também, no âmbito da racionalidade/ciência. Daí decorre a necessidade de se reconhecer a existência de um *sujeito social* (ente/produção) que promoverá o desenvolvimento de algum *objeto* (lugar/organização). Algo é desenvolvido por alguém.

Francisco Diniz, economista e professor da Universidade de Trás-os-montes, Portugal, define:

O verbo volver, do latim volvere, tem como sinônimo voltar, tornar, levar ou trazer. Dirigir noutra sentido, rolar, arrastar, meditar, cogitar, transformar, retorquir, agitar, revolver. A substantivização tem a ver com o acto de voltar, decurso, evolução.

A primeira ideia a reter seria a de que o desenvolvimento pressupõe crescimento a partir de um determinado status quo e, tem, por isso, subjacente a ideia de progresso. O crescimento e o progresso para conduzir ao desenvolvimento terão de ser sustentados por um acto de meditação, de questionar o que existe, agitando e revolvendo o ponto de partida, no sentido de arrastar um processo de mudança.

Ao desenvolvimento está associada a ideia de observação de uma determinada situação inicial a partir da qual, depois de uma reflexão, se implemente um processo de crescimento indissociável da sua transformação e mudança para um estado qualitativamente, e não só quantitativamente, superior. Se desenvolvimento é futuro, não pode existir sem o conhecimento profundo do passado para,

*nomeadamente, se poder implementar um processo que conduza a um estado qualitativamente diferente e melhor daquele que, até aqui, tem sido conhecido.*¹¹

O carácter aqui aplicado sobre a discussão do desenvolvimento não se refere ao desenvolvimento natural, onde em uma semente de laranja, por exemplo, dada as condições gerais, já estariam prévia e geneticamente codificadas todas as fases do desenvolvimento: germinação/crescimento/floração/frutificação e, por esta razão, de futuro previsível – ao menos nesta escala. Estamos tratando de situações cujo o futuro é imprevisível, de final aberto e composto por inúmeras possibilidades, ou seja, situações aquelas que se promovem sem contudo se ter certeza de encontrar a situação melhor desejada, por mais bem intencionados que estejamos. Não se trata apenas de desejar, mas de reunir as condições subjetivas e objetivas para realizar o que foi desejado.

No caso de problemas sociais complexos, os atores sociais/sujeitos não possuem controle absoluto das variáveis destes problemas; sendo assim, não podem assegurar resultados precisos, uma vez que seu poder é limitado e está condicionado por uma parte do mundo que o ator social/sujeito não controla ou desconhece. Em *o 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx afirma:

*“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”*¹²

O desenvolvimento é, então, uma construção sob condições adversas. Como forma de diminuir o desconforto da incerteza, de relutar diante de circunstâncias contrárias e apontar para uma felicidade maior, a ciência se associou ao desenvolvimento e foi em nome de um saber objetivo que ela se constituiu historicamente como um “guia” capaz de assegurar resultados mais seguros. O pressuposto é de que um método científico criaria as

¹¹ DINIZ, Francisco. A problemática do desenvolvimento rural no contexto da U.E. Portugal: AURN, 2003.

possibilidades de o homem se tornar senhor de novas situações formuladas por ele mesmo. A ciência seria, então, a instituição que promoveria a redução da ignorância e a base fundamental para o desenvolvimento. Sendo assim, desenvolvimento e ciência passam a assumir uma relação direta. O geógrafo Carlos Walter nos leva a refletir sobre a confiança depositada na ciência e como ela é relativa na relação sujeito/objeto:

Ora, se a ciência caminha em direção ao desconhecido, qual é o caminho – método – que leva até lá? Estranho paradoxo esse o de pretender dominar um método que nos permita desvendar o mistério da natureza das coisas antes de entrar numa relação efetiva com elas.¹³

Um dos elementos intrigantes que agita o pensamento é a busca da superação das incertezas. Há casos em que, dada a estrutura de seu sistema e o estágio de nosso conhecimento, não há espaço para incertezas, como por exemplo, a predição do ano, mês, dia, hora, minuto e segundo e a localização geográfica para melhor assistir o eclipse solar. Nesse caso, estamos diante de um sistema de certezas e que está no âmbito da astronomia. No entanto, tratando-se de sistemas sociais, a incerteza estará sempre presente. Como se dará o desenvolvimento da humanidade e em que situação nos encontraremos daqui a cem anos? O que vem a ser cidade daqui a duzentos anos? Nestes casos, a natureza dos sistemas é de incerteza e está no âmbito das ciências sociais. A ciência social inerentemente trabalha com a constante incerteza e nem por isso deixa de ser ciência. Segundo Jacob Gorender em seu livro *Marxismo Sem Utopia*:

Um sistema só pode existir se tiver estrutura definida, dotada de estabilidade enquanto o sistema estiver em funcionamento. Tal estrutura implica conexões internas determinadas. Em conseqüência, o funcionamento do sistema se submete a leis também determinadas. Um sistema pode estar sujeito a numerosas variações no seu funcionamento, porém, para que seja um sistema não deverá ultrapassar o determinismo de certas leis. Caso contrário, desprendido de qualquer determinação, simplesmente sua estrutura se desagregará e ele perderá sua existência ou nem chegará a ter existência.¹⁴

¹² MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p.17.

¹³ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998. p.42.

¹⁴ GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ática, 2000. p. 26.

O desenvolvimento acontece enquanto evolução interior da existência de sistemas estabilizados. Quando os sistemas colapsam é porque suas leis perderam o princípio orientador. Foram desestabilizadas, por alguma razão, e conseqüentemente o sistema perdeu sua lógica reprodutora.

Para melhor elucidar o significado do termo *desenvolvimento*, cabe ainda propor o que segue: façamos a desconstrução da palavra des-envolv-i-mento que é composta pelo prefixo *des* e de seu radical *envolv* e o sufixo *mento*. O radical *envolv* faz referência a idéia de invólucro, envelope, envolvido ou ainda envolvimento. O prefixo *des*, propõe puxar, arrancar, retirar de dentro do envelope e levar para um outro lugar. Donde decorre que algo estaria envelopado ou envolvido e a iniciativa seria retirar do envelope, descascar, desembulhar. Já o sufixo *mento* por sua vez, contém a idéia de mudança. Neste sentido, o *des-envolv-i-mento* é a negação de determinado estágio e o caminhar para outro, ou ainda, em termos mais gerais, a negação do estágio primata, selvagem e a afirmação da civilização.

Durante bom tempo, o desenvolvimento sempre esteve associado a idéias “positivas e bem intencionadas”. Por isso a unanimidade em seu favor. As divergências ficavam por conta dos objetivos do desenvolvimento, seus ritmos e intensidades e dos caminhos para alcançar os objetivos. De tempos para cá, o questionamento se ampliou e hoje a própria idéia de desenvolvimento vem sendo repensada; prova disso, é a aplicação de adjetivos, como é o caso do desenvolvimento sustentável ou de prefixos, como no caso de ecodesenvolvimento. Somos sabedores de que toda ação humana modifica o ambiente. Vivemos sob a égide da acumulação capitalista em seu estágio imperialista mais desenvolvido, cuja ação é pautada pela volúpia da apropriação de excedentes que para se viabilizar destrói, em escala global, a natureza, ameaçando o equilíbrio do planeta. Cada vez mais se torna presente, nos discursos, o reconhecimento de que é real uma possível crise ambiental planetária. O problema alcançou preocupação inclusive da ONU (Organização das Nações Unidas), que vem promovendo,

desde a década de 70, conferências que adotam a preocupação com o meio ambiente em escala planetária. No entanto, as propostas formuladas para enfrentar a problemática da crise ambiental nutrem a falsa esperança de que nos marcos de uma sociedade capitalista haveria como imputar novas políticas capazes de produzir com eficácia, resultados preservacionistas, ou seja, de que um outro tipo de desenvolvimento, não destrutivo, seria factível nos marcos da formação social burguesa e é por esta razão que cresce o ideário de um suposto capitalismo civilizado e não predatório. Nasce uma camuflagem geral dos símbolos capitalistas: ao invés do turismo, temos o ecoturismo; ao invés da indústria, a ecoindústria; ao invés da agricultura, a agroecologia, e assim, sob nova roupagem, se preserva o essencial do conteúdo, que é a produção capitalista.

Gilberto Montibeller-Filho, em sua obra *O mito do desenvolvimento sustentável*, acusa as teorias econômicas de não considerarem a questão ambiental e propõe-se a examinar como a problemática ambiental afeta uma área da ciência tão importante. Em seguida o autor faz referência a um novo paradigma: a economia ambiental. Indistintamente, as posições consolidadas na teoria econômica acabaram incorporando suas respectivas versões “verdes”, demonstrando que também a teoria foi afetada.

Assume-se como economia ambiental toda corrente de pensamento que se ocupa da inter-relação entre economia e meio ambiente. Tal inter-relação, associada à busca do desenvolvimento, resulta, na equação básica do novo paradigma, amplamente abordado no decorrer do texto. A economia ambiental, na versão definida, constitui-se das versões já mencionadas: economia ambiental neoclássica; economia ecológica; e economia ambiental marxista. Todas estudam as questões relacionadas ao meio ambiente no mundo capitalista.¹⁵

Como forma de produzir uma nova legitimidade ao desenvolvimento, se vem a ele incorporando uma “nova roupagem” e se não lhe dando novas garantias, ao menos buscando postergar o seu prazo de validade ao afirmar que o mesmo ainda nos levaria à felicidade desde que um freio ou garrote à volúpia e ao afã do capital fosse imposto. Por isso, nascem o

¹⁵ FILHO-MONTIBELLER, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 24.

ecodesenvolvimento ou o desenvolvimento sustentável e a economia ambiental, esta última, enquanto novo paradigma da teoria econômica, segundo Filho-Montibeller.

Nossa convicção é de que o capital não reúne, por determinações a ele intrínsecas, possibilidades de fazer concessões ao meio ambiente.

*[...] o capital é uma força controladora, você não pode controlar o capital, você somente pode se livrar dele por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade – é impossível enganá-lo. Ou ele o controla ou você se livra dele, não há solução intermediária [...]*¹⁶

Não obstante esta contundente afirmação, Mészáros faz questão de distinguir capital de capitalismo e afirma:

*O que importa aqui, sem dúvida, é que o objetivo, o alvo da transformação socialista é superar o poder do capital. O capitalismo é um objetivo relativamente fácil nesse empreendimento, pois você pode, num certo sentido, abolir o capitalismo por meio do levante revolucionário e da intervenção no plano da política, pela expropriação do capitalista. Ao fazê-lo, você colocou um fim no capitalismo, mas nem sequer tocou no poder do capital. O capital não depende do poder do capitalismo e isso é importante também no sentido de que o capital precede o capitalismo em milhares de anos. O capital pode sobreviver ao capitalismo, é de esperar que não por milhares de anos, mas quando o capitalismo é derrubado numa área limitada, o poder do capital continua, mesmo que numa forma híbrida.*¹⁷

O capital enquanto fator dinâmico é autômato. O capitalismo é o ambiente socialmente desenvolvido que se constituiu como sistema, e é, ao mesmo tempo, resultado e condição para a reprodução do capital em melhores condições.

No *Capítulo VI Inédito de O Capital*, Karl Marx melhor sistematiza o mecanismo que move o capital.

O produto da produção capitalista não é apenas mais-valia: é também capital.[...] graças à incorporação real do trabalho vivo nas formas objetivas da existência do capital; só graças à absorção real do trabalho adicional, se transformam não apenas este trabalho em capital, mas também a soma adiantada, que, de capital possível, de capital por determinação, se converte em capital real e atuante. [...] transformou-se pela primeira vez em capital real, em valor que se valoriza a si próprio.

¹⁶ MÉSZÁROS, István. O marxismo hoje: entrevista com István Mészáros. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 2. p. 131, 1995.

¹⁷ loc. cit., p. 130

*[...] O processo de produção por conseguinte não foi apenas o seu processo de reprodução: foi também o seu processo de produção como capital.
[...] O que era premissa, é agora resultado do processo produtivo.¹⁸*

Sendo assim, torna-se indispensável apontar o que Marx convencionou chamar de ciclo da metamorfose do capital de forma a fundamentar ainda mais nosso entendimento de que existe uma impossibilidade de se conciliar capitalismo com preservação ambiental.

Vejamos Idaleto Malvezzi Aued quando diz que o capitalista:

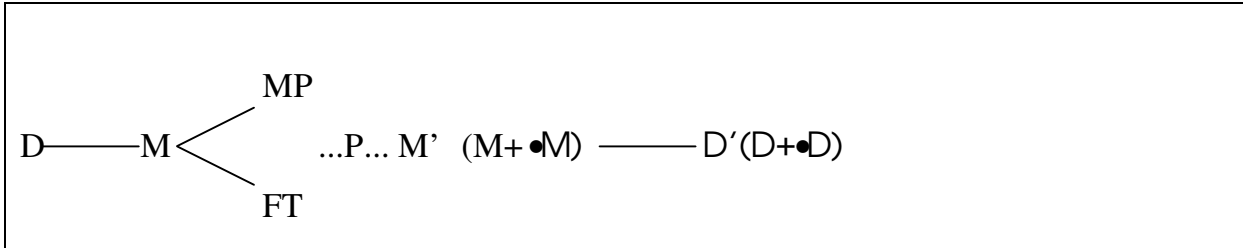
[...] antes de tudo, ele precisa possuir uma certa quantidade de riqueza na forma abstrata, dinheiro. Com a riqueza, ele comprará duas mercadorias: força de trabalho e meios de produção (meios e instrumentos de trabalho e objetos sobre os quais se trabalha). De posse destas duas formas singulares de mercadorias, o capitalista deve combiná-las para produzir mercadoria, cujo objetivo será o de criar riqueza de valor superior ao valor antecipado para comprar os elementos necessários à sua produção. Para que ele continue a ser capitalista, deverá transformar a mercadoria produzida em dinheiro. Assim, seu capital retornará para as suas mãos na forma de dinheiro valorizado e aumentado de mais-valia.¹⁹

Para Marx, o capital-dinheiro (D) é inicialmente convertido em mercadoria (M) que por sua vez assume forma de elementos materiais do processo de trabalho: meios de produção (MP) e de força de trabalho (FT) indispensáveis para organizar o processo produtivo (P) constituindo-se em capital produtivo que busca como resultado o capital-mercadoria (M') cujo valor é maior que o capital inicial (D) onde (') é a mais-valia. Esta nova mercadoria acrescida de mais-valia no processo de produção deve agora se realizar no processo de circulação transformando-se em capital valorizado (D'). Neste sentido, a forma D, M, MP, FT, P, M' (M+•M) e D' (D+•D) são apenas formas sociais distintas que o capital assume, com a finalidade de se reproduzir. A partir de agora, tudo é produzido para ser capital mercadoria e na forma mercadoria elas passam a ser conforme define Marx²⁰ o capital valorizado, grávido de mais-valia (M' e D').

¹⁸ MARX, Karl. **Capítulo inédito VI de O Capital**. São Paulo: Moraes, 1985. p. 133-134.

¹⁹ AUED, Idaleto Malvezzi. **O Ensino da geografia no novo milênio: marxismo e geografia**. Chapecó: Argos, 2002. p. 25.

²⁰ Ibid., p. 169.

Esquema 1: o ciclo da metamorfose do capital se valorizando

Uma explicação da impossibilidade de conciliar capital e meio ambiente deve considerar as condições da produção e reprodução do capital que, por seu dinamismo, impõe um caráter antiecológico ao modelo civilizatório capitalista. Os meios de produção, ou capital constante (matéria prima, máquinas, equipamentos, energia etc.) se subjugam ao objetivo do capital que não está imbuído de nenhum sentimento de preservação do meio ambiente.

Evidentemente que um determinado governo ou governante, empresa ou empresário, cidadão ou sociedade, possa estar mais sensibilizado ou não, com a temática ambiental. Ocorre que lhes demandar uma ação consciente para romper com o padrão de relacionamento estabelecido pelo capital entre homem e natureza, é não reconhecer que esta impossibilidade é congênita e que conseqüentemente não está no plano da consciência tão somente, em que pese que a mesma seja imprescindível para constituir força transformadora. Significaria demandar ao capitalista, no caso, negar a sua própria condição e aos burgueses em geral, renunciarem ao modo de produção capitalista. Por isso, que para tristeza dos ambientalistas, é forçoso afirmar que qualquer luta ecológica só se torna conseqüente se for aplicada contra o capital.

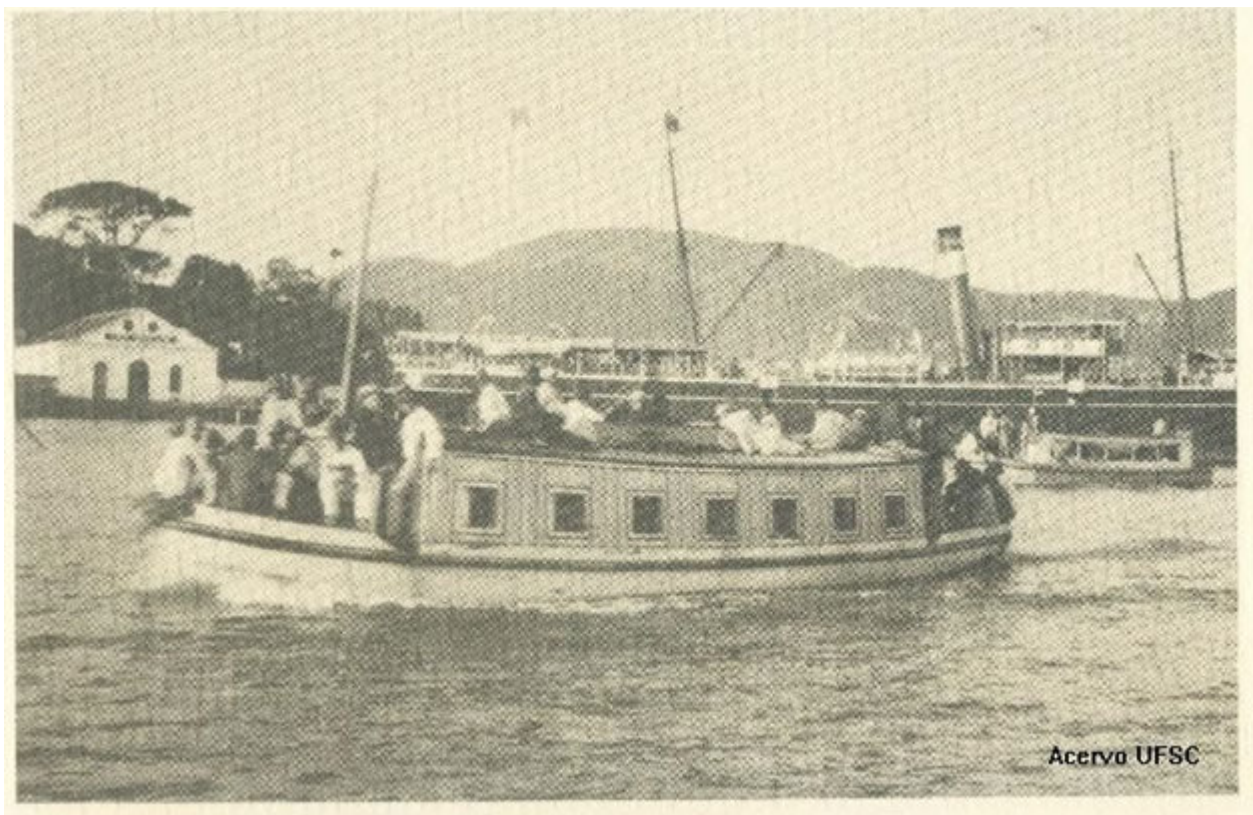
Antes, porém, se é certo afirmar que uma nova relação homem/natureza só ocorrerá com a superação do atual estágio da sociedade, é um equívoco imaginar que algo só poderá ser feito após tal superação. É preciso, possível e fundamental agir desde já. As ilusões precisam ser colocadas em teste, para que se possa perdê-las. Infelizmente a empiria tem sido para muitos a única forma de aprendizagem. Nossa convicção reside na sinergia estabelecida entre sujeito e objeto, que se constitui em interação permanente e produtora de cognição.

3. Olhando para o passado

Imaginemos a orla continental do município de Florianópolis em meados do século XX. A Ponte Hercílio Luz, esbelta e imponente, ligava faceiramente a ilha ao continente. No ponto mais estreito e divisor das baías norte e sul, haviam se aplicado cinco mil toneladas de aço esculturalmente desenhadas, que acabaram mudando a paisagem e definindo uma nova trajetória para Florianópolis. O começo da construção da Ponte Hercílio Luz foi na primavera do ano de 1922, sendo inaugurada precisamente em 13 de maio de 1926.

*Até então, a travessia era feita por balsas que, além de penalizar os moradores do município, era um impeditivo para o desenvolvimento de Florianópolis e do próprio estado, afinal, era a Capital. Pelo menos estes eram os argumentos da época.*²¹

Fotografia 1 Catraia de travessia ilha-continente anos de 1920



²¹ BOPPRÉ, Afrânio. De Floriano Peixoto a Chico Mendes. In: RAMPINELLI, Waldir; **História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2003. p. 160.

Mas, em meados dos anos de 1900 já era possível se perceber os efeitos drásticos provocados pela Ponte no tocante à redefinição urbana do município de Florianópolis. Imaginemos se, por qualquer razão, ao invés de o Governador Hercílio Luz determinar a construção da ponte onde hoje ela se encontra, tivesse ele determinado, por exemplo, a sua construção no extremo sul da ilha, ligando a Ponta do Papagaio (Palhoça) com Naufragados (Florianópolis). Certamente, a configuração sócio-espacial da ilha e do continente seria completamente diferente. Talvez a Praça XV tivesse ao seu entorno ainda por muitos anos um pequeno vilarejo ou, quem sabe, o que é hoje conhecido como centro da cidade seria interior da ilha. Voltemos. O certo é que, projetada para viabilizar a ligação ilha-continente, era uma ponte para trem. O plano ferroviário estadual sofreu mudanças e a sua funcionalidade foi alterada. A Hercílio Luz virou ponte para automóveis (escassos à época), carroças e pedestres. Ela tornou-se prenúncio da era rodoviarista que viria se instalar.

Fotografia 2 Centro de Florianópolis com a ponte ao fundo nos anos de 1930



Com este advento, as famílias possuidoras de boas condições de renda e moradoras do centro urbano insular florianopolitano haviam edificado, de forma a usufruir beleza e paz dos divinos recantos continentais esmerados pela natureza, suas segundas residências na orla continental, sem contudo, desmerecer a Praia de Fora, do Müller, Vai Quem Quer, Prainha etc. localizadas no centro urbano da ilha. Tais edificações tinham como objetivo, principalmente, o veraneio – facilitado agora pelo acesso disponibilizado pela ponte Hercílio Luz entre ilha e continente. Tratava-se de uma estratégia familiar de descanso. Não era impulsionada por empreendimentos de natureza capitalista como viemos a conhecer mais tarde. As famílias optavam e tinham relativa liberdade na definição da localização da construção, na característica arquitetônica das edificações, no tamanho dos lotes etc. Vejamos o testemunho do Padre Quinto Davide Baldessar.

Foi nos meados da década de 1930 que eu conheci o Estreito. Eram duas estradas, uma do sul para o norte, outra do norte para o sul, que faziam cruzamento na atual esquina da rua Santos Saraiva com a Fúlvio Aducci; mais adiante outra estrada vinda da orla marítima de Coqueiros fazia entroncamento com a mesma rua Fúlvio Aducci, na cabeceira da ponte Hercílio Luz.

Algumas modestas casas esparsas por estas três estradas formavam o povoado do bairro Continental.

Um matadouro junto à praia nas imediações da atual rua Heitor Blum, sempre “ornamentado” com uma fila de urubus na cumeeira do telhado; mais adiante, na atual Tereza Cristina, o local de lavar a “buchada” das reses abatidas no matadouro, sempre freqüentado pelos “tripeiros” o que veio a estender este rejeitado epíteto aos primeiros moradores do bairro. Mais um pouco além, na direção de Biguaçu, os intermináveis atoleiros que vieram a batizar o bairro de Barreiros.

A estrada que demandava para o Sul do Estado também já tinha seus primeiros habitantes esparsos até o começo do Morro do Geraldo. Em Capoeiras havia muita capoeira e uma igreja com alguns moradores em torno.

*A estrada de contorno pela orla marítima de Coqueiros já começava a ser freqüentada em suas praias. **Havia ali residentes fixos e residentes em fim de semana ou férias** [grifo meu] A rua São Cristóvão não era mais do que uma trilha que ligava a praia com a estrada que demandava ao Sul do Estado no Morro do Geraldo. Ali residiam alguns pescadores ou gente mais humilde.*

Nessa época a ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926, já havia substituído a travessia de barca no estreito canal. [grifo meu]²²

²² BALDESSAR, Padre Quinto Davide. Eu vi o Estreito crescer. In: SOARES, Iaponam. **Estreito vida e memória**. Florianópolis: FFC, 1990. p. 42.

Sem definir com exatidão o período, mas deixando dados que nos aproximam, o relato de Quíncio Romalino da Silva nos ilustra o processo de urbanização do lado continental da Capital, mais precisamente sobre o Balneário.

Para chamar atenção do novo empreendimento imobiliário, foi construído um prédio de dois pavimentos bem próximo da praia; uma espécie de cassino para atender banhistas. Tinha pista de dança com orquestra ao vivo e funcionava até tarde da noite. Muitos artistas de fora, do Rio de Janeiro e de São Paulo, fizeram ali suas festivas apresentações.

O Balneário do Estreito foi a primeira praia de banho de Santa Catarina, antes mesmo de Camboriú e de Canasvieiras. As famílias tradicionais de Florianópolis fizeram ali suas casas de veraneio. [grifo meu]. Algumas dessas casas ainda existem, como a que foi do dr. Aderbal Ramos da Silva, que ficava na atual rua vereador Batista Pereira, à esquerda, a última casa, próximo da praia. A casa do Sr. João Moritz, fica na atual av. Santa Catarina, no último lote em frente da praia. O dr. Aderbal Ramos da Silva, antes de ser governador, costumava freqüentar, com certa assiduidade, a sede do Balneário. Estava sempre acompanhado de muitos amigos.²³

Como Aderbal Ramos da Silva assumiu o cargo de Governador a partir de 23 de março de 1947, têm-se aí um referencial importante. É necessário dizer que o resultado da Revolução de 30 alçou à condição de Interventor, Nereu de Oliveira Ramos (governando entre 01 de maio de 1935 até 06 de novembro de 1945) e determinou o desmembramento do Estreito do município de São José em 1943, anexando-o ao município de Florianópolis.

Ainda o Padre Quinto Davide Baldessar confirma:

Na década de 1940 o bairro adormecido começou a despertar. Entraram as madeiras que ofereceram mão-de-obra abundante, tanto para atender a população da ilha, como para atender o embarque para a exportação.

A madeira comercializada era pinho da serra, madeira de boa qualidade, de fácil manuseio, a bom preço, que favorecia a construção de casas de madeira. Essa a razão da predominância de casas de madeira nessa época.

A fácil comunicação da ilha com o continente através da ponte Hercílio Luz e o transporte coletivo deram ótimas chances de desenvolvimento às praias de Coqueiros[...][grifo meu]

[...]A década de 1950 foi decisiva. O Estreito se expandiu em todas as direções. Chegou a formar um bairro chique: o bairro de Fátima[...]

Nessa década de 1950 o Estreito sofreu uma verdadeira invasão de adventícios das mais diversas partes. Não havia infra-estrutura preparada. Havia um verdadeiro comércio imobiliário desenfreado que traçava ruas inviáveis e marcava terrenos muito pequenos. Os diversos loteadores não entravam em acordo, muitas vezes, nem mesmo no acerto das ruas que deveriam percorrer os diversos terrenos

²³ SILVA, Quíncio Romalino da. Memórias de um comerciante do Estreito. In: SOARES, Iaponam. **Estreito vida e memória**. Florianópolis: FFC, 1990. p. 31.

loteados. Água e esgotos eram desconhecidos do dicionário dos primeiros moradores. [grifo meu]. As ruas eram traçadas, mas não terraplanadas. Bueiros não havia na maior parte dos pequenos cursos d'água ou eram muito precários. Luz elétrica chegava sempre atrasada. Não havia transformadores em quantidade suficiente e, por essa razão, os últimos servidos recebiam uma voltagem muito baixa.²⁴

Mesmo, naquela época, quando a União preparava a transferência da capital federal para o planalto central com noções arquitetônicas e urbanísticas arrojadas que o tema urbanização já estava presente na vida nacional e em larga escala etc., acabou acontecendo, aqui pelo lado da pacata e bucólica Florianópolis, um processo de urbanização na parte continental do município sem nenhuma ingerência do poder público. Pelo que se colhe das pesquisas, tudo aconteceu a esmo.

O plano urbano do estreito, com a construção da ponte Hercílio Luz, integrou-se ao de Florianópolis, mas a área estava sob jurisdição do Município de São José. Como zona rural e depois como sede de distrito, o Estreito pouco ou nenhum cuidado recebeu do Poder Público. As ruas eram trechos das estradas que levavam a Biguaçu e São José, respectivamente pelo Canto e Barreiros, e por Campinas e Capoeiras, esta última tendo por alternativa Coqueiros para chegar a Capoeiras. Algumas ruas foram sendo abertas por proprietários a partir dessas vias principais, em repetição do que ocorrera na ilha, iniciativas que aumentaram depois da inauguração da ponte Hercílio Luz.²⁵

Os depoimentos comprovam que a prefeitura foi a grande ausente. Os testemunhos apontam um processo de ocupação-do-solo que redundou determinado pela lógica dos loteadores que em sua maioria não obedeciam princípios mínimos de regras urbanísticas e eram conduzidos pelo afã da lucratividade. Mesmo que as pretensões pelo lucro fossem baixas, é perfeitamente possível perceber que a forma da ocupação, como foi feita, sonegava a instalação de infraestrutura básica transferindo para mais tarde, a responsabilidade para o poder público – uma forma vil de tirar proveito do “empreendimento”. A título de analogia, em *A nossa futura Niterói*, Ildelfonso Juvenal escreve no Jornal A Gazeta, em 21 de janeiro de 1945:

²⁴ loc. cit., p.44.

²⁵ PELUSO Jr. Victor A. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 318.

O Estreito é cortado por diversas ruas, sendo-lhe principais a da estrada geral que vai para o norte e a de São José – Palhoça, que se estende para o sul e centro do Estado.

Tal como vastíssima rede fluvial, a estrada geral é um verdadeiro rio, com inúmeros afluentes que nela desembocam. Vêem-se ali, regulares braços do rio, que são as ruas laterais e modestos riachos, - pequenas servidões, arranjadas por aqueles que dividiram chácaras e quintais, vendendo-os em lotes, a prestações. E assim, existem as travessas Elias Paulo, e as antigas ruas “Spivák”, logo à saída da ponte Hercílio Luz; mais adiante a do “Nestor”, “do Fato”, que fora também “Dona Luíza”, “da Nogueira”, “do Piazza”, dos “Navegantes”, algumas destas, já melhoradas, e outras mais se não têm nome, é porque são demasiadamente modestas, não nutrem pretensões de se tornarem movimentadas avenidas, com atrevidos arranha-céus, obrigados a abrigos anti-aéreos.

*As principais ruas do Estreito estão sendo pavimentadas a paralelepípedos e recebendo o respectivo meio-fio. É o distrito servido por iluminação elétrica, e, **futuramente, disporá de água encanada e rede de esgotos.**[grifo meu]*

*Sendo que a futura cidade do Estreito, será, dentro em poucos anos, a nossa admirável Niterói, **já é tempo**[grifo meu] de se cogitar de sua planta cadastral ou dos delineamentos daquela cidade de amanhã, dando-se às edificações, alinhamentos definitivos, de acordo com os modernos planos urbanísticos, alargando-se-lhes as ruas, tornando-as tão retas quanto necessário for.²⁶*

No relato, Juvenal, além de acusar a falta de plano urbanístico, idealiza a cinquenta e oito anos atrás um *boom* desenvolvimentista para o Estreito:

*Com o aumento do potencial de energia elétrica, apreciável benefício que Florianópolis e os municípios vizinhos vão em futuro próximo usufruir, **muitos capitais afluirão ao Estreito** [grifo meu], onde várias indústrias surgirão, dando ao distrito o mais febril desenvolvimento, e aí, então, transformada a sua artéria principal em “Broadway”, avultará[...]²⁷*

Para confirmar o que Quíncio Romalino da Silva já registrou, destacamos as palavras de Ildefonso Juvenal:

*A futura cidade do Estreito ou João Pessoa possui muitos edifícios vistosos, modernos, de apreciável arquitetura e grande valor [...] muitos bangalôs elegantes, alguns dos quais localizados nos terrenos próximos ao balneário, ali existente, - ponto de recreio para onde afluem, na estação calmosa, **inúmeras famílias da Capital e vizinhanças, atraídas pela delícia dos banhos de mar e as belezas daquele poético trecho alvacento de praia** [grifo meu].²⁸*

²⁶ IDELFONSO, Juvenal. A nossa futura Niterói. In: SOARES, Iaponam. **Estreito vida e memória.** Florianópolis: FFC, 1990. p. 124.

²⁷ Ibid., p.124.

²⁸ Ibid., p.123.

Deduz-se daí que, neste intrincado processo onde o ‘paraíso continental’ foi gradativamente transformado, isto se deu por ser tratar de uma agradável e prazerosa orla balneária. Por decorrência e contraditoriamente, após a exploração das benesses, o espaço continental foi ‘abandonado’. Este típico ‘modelo’ de ocupação espacial aconteceu também pelo lado sul do continente. As praias de Coqueiros (do Rizzo, da Saudade, do Meio, Itaguaçu, Palmeiras) e a praia de Bom Abrigo foram sugadas até o fim. Durante os anos de 1960 e início dos anos de 1970, esta porção territorial foi o grande ponto de encontro dos moradores da Capital. Ali se tinha alguns dos melhores restaurantes da região, o Praia Clube, boates como a Capelinha (um pouco mais tarde) além dos tradicionais barzinhos. As praias eram amplamente freqüentadas principalmente pelas camadas médias e altas de nossa sociedade, que já haviam se liberado dos tabus moralistas. Sérgio Luiz Ferreira confirma:

*[...]o continente fronteiro à capital era constituído por vilas de pescadores. Com a ponte, Estreito e Coqueiros sofreram um crescimento considerável. Antes da ponte Hercílio Luz não encontrei uma referência sequer, nos jornais da capital, de banhos de mar em Coqueiros ou no Estreito. Foi a partir da ponte que os jornais noticiam que os habitantes da cidade começaram a ir em busca do banho de mar também no continente [...] **Coqueiros e Ponta do Leal tornaram-se os balneários preferidos da elite florianopolitana até a década de 60** [grifo meu]²⁹*

A bióloga Tereza Cristina Pereira Barbosa, ao estudar a bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição registra o mesmo fenômeno, só que, desta vez, no distrito da Lagoa da Conceição no final dos anos de 1970:

O declínio do ciclo da pesca coincide com a descoberta das belezas naturais e paisagísticas da Lagoa da Conceição. Ali, até o final dos anos 70 além de pescadores, rendeiras e alguns restaurantes, predominavam as residências secundárias de moradores do centro da cidade. Com o crescimento de Florianópolis (em especial com a UFSC e a Eletrosul) e o melhoramento de acessos (SCs 404 e 406), o processo da ocupação da Bacia Hidrográfica da Lagoa foi facilitado, trazendo levas de turistas e imigrantes, principalmente gaúchos e paulistas. A Lagoa ganhou status de bairro e as casas de veraneio deram lugar a residência de moradores fixos.³⁰

²⁹ FERREIRA, Sérgio Luiz. **O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora das Águas, 1998. p.70.

³⁰ BARBOSA, Tereza Cristina Pereira. **Ecolagoa**: um breve documento sobre a ecologia da bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição. Florianópolis: Agnus, 2003. p. 26.

Na Lagoa da Conceição, no Centro ou no Continente, o hábito de possuir propriedades com o fim voltado para a temporada de verão era costumeiro. No entanto, em razão das proximidades das praias continentais em relação ao núcleo populacional urbano insular, o continente foi pioneiro enquanto prática intensiva e extensiva deste tipo de modalidade de moradia e, decorrentemente, o que era seu atrativo acabou virando elemento de repulsa. A face autofágica do turismo (mesmo que local) se fez presente mais uma vez. Aquelas condições de balneabilidade encontradas até primeira metade dos anos de 1970, em toda a orla marítima das baías norte e sul, acabou comprometida por decorrência do modelo de ocupação do solo poluidor, engendrado na porção continental da Capital. Com o esgotamento da exploração balneária, a alternativa encontrada foi mudar a função e o uso do solo ali aplicados. De bairros orientados predominantemente para o veraneio, acabaram tornando-se residenciais e comerciais.

Em um tom quase profético, Abelardo Sousa aponta uma tendência para o futuro daquela região florianopolitana:

*O deus **ir-pra-frente-e-salve-se-quem-puder** sentenciou: ‘Mil automóveis por dia rolarão sobre o teu leito, ó rua José Cândido da Silva! e te massacrarão com escapamentos abertos e buzinas tonitruantes. As bicicletas e carros de pipoca farão pistas das tuas calçadas e ai dos incautos e das inocentes criancinhas que saírem portões afora, sem precauções, como antigamente. Tuas árvores serão extirpadas sem dó, para que o rei-cimento possa subir aos céus. A televisão acabará com a natural condição gregária dos teus moradores e eles não quererão mais conversa de portão, nem visita de sala. Os teus domingos serão de eterna modorra, **porque a poluição da praia da Ponta do Leal desviará as tuas gentes para praias limpas e mais longínquas.** [grifo meu] Não serão mais vistos os grupos de amigos, empunhando as suas gaiolas e exibindo, com orgulho e tagarelice, os seus canários, curios, sabiás, chopins e coleiros. Não haverá mais peixe fresquinho à porta, anunciado através de buzinas de guampa de boi.³¹*

A ordem seguinte foi dada: atacar o Norte da Ilha. A partir da década de 70 aquela região ainda podia ser chamada de interior da ilha até que se intensificou sua ocupação em substituição ao modelo continental colapsado. Para tanto, viabilizou-se a pavimentação

³¹ SOUZA, Abelardo. Minha rua agora é sem graça. In: SOARES, Iaponam. **Estreito vida e memória**. Florianópolis: FFC, 1990. p. 127-128.

asfáltica da rodovia SC 401. Esta rodovia significou para o norte insular o mesmo que representou a ponte para o continente: o acesso livre e fácil. Há aí tempos e circunstâncias relativas. A ocupação urbana continental ao acontecer nos anos de 1940 para 1950, impactou em uma área ainda “semi-intacta”. Já o Norte da Ilha nos anos de 1960 e 70 não estava tão intocado assim, mas ainda tínhamos uma ocupação predominada pela imigração açórico-madeirense, sendo que a região não havia sido loteada intensamente para efeito de veraneio e mercantil. O perfil predominante na ocupação do território ainda guardava características de sítio, sendo suas terras voltadas para a agricultura de subsistência, além da atividade pesqueira-artesanal.

Não obstante, a tentativa de definir, já na década de 30 do século passado, um perfil de balneário para Canasvieiras, estava presente. No início dos anos de 1930, por exemplo, foi inaugurado o Hotel Balneário de Canasvieiras. Conforme registra Ferreira:

O Hotel Balneário de Canasvieiras permaneceu por muito tempo a única construção destinada ao veraneio no interior da ilha. Para atrair veranistas, o Balneário colocava ônibus especiais, com saída da Praça XV, para quem quisesse passar o dia em Canasvieiras. De vez em quando, aconteciam piqueniques dos clubes da capital naquela praia. Não obstante os esforços, a praia de Canasvieiras era freqüentada por uma elite muito reduzida. Os banhos de mar continuavam a acontecer nas imediações da cidade.³²

Com um novo traçado viário estabelecido oferecendo acesso asfáltico, o Norte da Ilha do município de Florianópolis conheceu o fenômeno da especulação imobiliária associado ao turismo como nova atividade econômica.

³² FERREIRA, Sérgio Luiz. **O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora das Águas, 1998. p.81.

Fotografia 3 Vista panorâmica de Canasvieiras - 2003.



Helton Ricardo Ouriques assim registra:

As atividades ligadas ao turismo tiveram notável expansão em Florianópolis a partir do início dos anos oitenta, impulsionando profundas mudanças socioespaciais no município. Desenvolve-se um franco processo de direcionamento dos capitais para a orla marítima, inicial e preponderantemente para a parte norte da Ilha de Santa Catarina, locais de até então relativa estagnação socioeconômica, onde predominavam comunidades pesqueiro-artesanais.³³

Este processo, a exemplo do ocorrido na porção continental da Capital, aconteceu desprovido também de investimentos públicos e privados em infraestrutura básica. Neste tempo-espaço, aconteceu um duplo fenômeno, uma corrida de famílias tradicionais instalando suas respectivas casas de veraneio.

Os jornais da região nos anos de 1980 e 1990 retratam, por meio de inúmeras matérias, a inexistência de condições mínimas de infraestrutura para a superpopulação de verão, nos bairros/balneários de Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Ingleses

³³ OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis** : uma crítica à indústria pós-moderna. Florianópolis: UFSC, 1998. p. 61.

principalmente. Além da saturação da malha viária, as notícias acusam o comprometimento da balneabilidade das praias; o esgoto a céu aberto em alguns casos críticos despejados diretamente na areia das praias, além da falta constante de água e energia elétrica no período de temporada do verão. Por decorrência, o grupo de empreendedores empresariais da porção norte insular, ameaçados pela possibilidade de falência de seus empreendimentos, abriu sistemática campanha em favor da duplicação da Rodovia SC 401, dentre outras necessidades. Foi no governo de Vilson Pedro Kleinubing (1991-94) que se definiu pela duplicação da referida obra, em inédito regime de concessão para a iniciativa privada. Concluída parcialmente, permanece até hoje sub-júdice, em razão da polêmica sobre a não execução fidedigna do projeto de engenharia e a tentativa de cobrança de pedágio pela empresa Linha Azul, vencedora da licitação. Mas outros estrangulamentos também decorreram. Vejamos o caso do aeroporto:

O verão promete em Santa Catarina. Estão sendo esperados aproximadamente 2,7 milhões de turistas — cerca de 20% a mais que no ano passado. Com o real desvalorizado, o turismo interno ficou atraente para os brasileiros e virou uma pechincha para os estrangeiros, principalmente argentinos — cerca de 10% do total de turistas —, que já começam a lotar as estradas. Santa Catarina é o Estado recordista em vôos charter internacionais. Dos 780 pedidos de autorização de pouso para esta temporada, a Infraero só conseguiu confirmar 547 até agora, por falta de lugar nos aeroportos. O Estado também está na escala de 35 cruzeiros marítimos, 34% a mais que no ano anterior. Cada navio traz cerca de 1.000 passageiros. É uma invasão. Apenas Florianópolis, com suas 42 praias, deve receber 600.000 pessoas, mais que o dobro da população fixa da cidade.³⁴

É este tipo de situação caótica que acaba justificando as manifestações de profundo descontentamento de investidores, turistas, moradores, além do próprio poder público que sempre se volta com acusações contra os seus próprios munícipes. A idéia emancipacionista do Norte da Ilha ganhou vulto no primeiro semestre do ano de 2003, como resposta ao descompromisso da Prefeitura Municipal. A Assembléia Legislativa de Santa Catarina

³⁴ CUNHA, Rodrigo Vieira. Praias: Santa Catarina ¿Vamos a la playa? Santa Catarina se prepara para uma invasão recorde de turistas, principalmente argentinos. **Revista Veja**, São Paulo, dez. 1999.

chegou, inclusive, a credenciar uma comissão processante para viabilizar estudos separatistas. Considerando-se órfão, insignificante número de moradores do Norte da Ilha alimentou a esperança de se auto-governar, tentando embalar uma campanha pró-emancipação. O movimento de pronto foi interrompido quando eclodiu manifestação unânime dos membros da Câmara Municipal que se colocaram em posição contrária. Na Assembléia Legislativa foi organizada uma reação de modo a alterar a Constituição Estadual e criar Lei Complementar, com o objetivo de impedir a emancipação ou a anexação de distritos de município sede de Capital, que no caso aludia à Florianópolis.

Fotografia 4 Construção da Rodovia SC 401, abril de 1970.



Ao comprometer a balneabilidade das praias do Norte da Ilha e produzir uma ocupação desenfreada, o grito de alerta havia sido dado mais uma vez. Não faltou quem desse razão ao mérito dos reclames de abandono do seletivo grupo emancipacionista; no entanto, era quase consenso que a solução apontada era despropositada.

O fato é que, sem pedir desculpas pelo estrago, deu-se as costas ao Norte. A ordem seguinte foi atacar o Sul da Ilha. Até os anos 80, o Sul ainda podia ser chamado de interior da ilha. Tratava-se de uma região de pouca densidade populacional e com comunidades nativas. Gradativamente sua ocupação cresceu, estimulada sobretudo pelo preço ainda relativamente baixo dos imóveis, em comparação com o Leste e o Norte da Ilha. Com a pavimentação asfáltica da rodovia SC 405 e suas ramificações principais, o acesso acabou facilitado. No entanto, há de se fazer uma observação: ao se deixar o continente rumo ao Norte, o estágio da ocupação espacial encontrado era um; ao se intensificar a ocupação para o Sul, a ocupação já está em estágio bastante avançado. O Sul da Ilha já havia acontecido enquanto lugar para moradia. Proporcionalmente ao Norte, o número de residências com destinação para o veraneio é bem menor na nova realidade do Sul da Ilha. O Campeche, a Fazenda do Rio Tavares, Morro das Pedras, Areias do Campeche, Armação do Pântano do Sul, Ribeirão da Ilha e Tapera tornaram-se bairros populares e densos. A ocupação espacial deu-se também, em boa medida, à revelia do controle do poder público municipal. Os lotes foram traçados via poder da propriedade da terra.

Diante da nova realidade, mais uma vez o IPUF perdeu a oportunidade de melhor orientador a ocupação espacial. Na “cabeça” de seus urbanistas estava uma outra destinação para a região que desconsiderava o acentuado estágio de ocupação que já havia se consolidado. O plano do IPUF colidiria frontalmente com a realidade, e por decorrência a comunidade organizaria sua resistência. Surgiram vários movimentos, ações, programas e ONG's que chegaram a formular uma proposta alternativa de Plano Diretor. O Plano do

IPIUF tinha uma inglória missão: reordenar a ocupação espacial de modo a facilitar a penetração do capital.

A ocupação urbana continental, deu-se então, conforme já apontado, em um espaço “semi-intacto”. O Norte da Ilha nos anos de 1960 e 70 possuía uma ocupação predominada pela imigração açórico-madeirense, guardando características “interioranas”, persistindo sítios voltados para a agricultura de subsistência além, da prática da atividade pesqueira-artesanal. O Sul da Ilha encontrava-se em circunstância adversa: seu perfil nos anos de 1980 e 90 já era de moradia popular e de classe média.

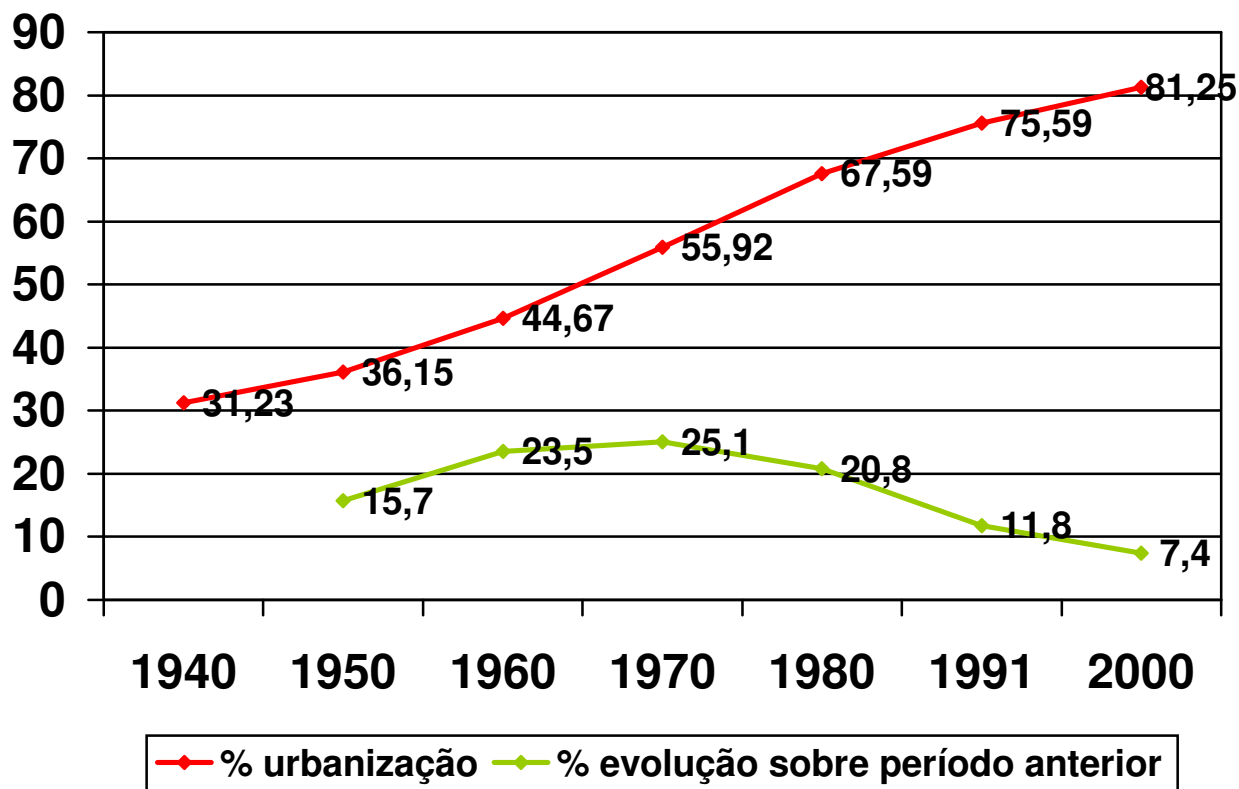
Fotografia 5 Visão parcial Campeche – lado sul, agosto de 2003



4. Sobre características de Florianópolis

O Brasil viveu um intenso processo de urbanização a partir de 1940, quando a população que vivia no espaço urbano alcançava tão somente 31,23% do total da população brasileira, sendo que, de lá para cá, a relação se inverteu. Segundo os dados do IBGE, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2000, a população urbana representava 81,25% do total. O gráfico abaixo também demonstra que, a partir dos anos de 1970, mesmo que a população urbana continuasse crescendo, o ritmo de tal crescimento desacelerou.

Gráfico 1 Evolução da população urbana – percentual da população urbana sobre o total e sua evolução proporcional comparativamente com o período anterior



Fonte: dados compilados pelo arquiteto José Roberto Bassul.

A economia brasileira esteve até os anos 30 do século passado centrada na atividade agrário-exportadora. A partir do momento em que se definiu abandonar o modelo agrário-exportador e implantar o modelo de substituição de importações, o Estado passou a ter papel decisivo, com a tarefa principal de montar as bases infra-estruturais para viabilizar a industrialização brasileira e conseqüentemente promover e impulsionar a expansão urbana. Afirmamos desta forma, pois é perfeitamente possível identificar a estreita e indissociável relação existente entre a produção do espaço urbano e a implantação do modelo de industrialização no Brasil e ainda, a direta atuação e presença do Estado.

Segundo Ermínia Maricato, em 1950 o processo de industrialização entraria em nova etapa, de vez que, o Brasil, além de produzir bens de consumo duráveis, já começava produzir bens de produção.

“Além dos inúmeros eletrodomésticos e bens eletrônicos, o automóvel, produzido por essa grande indústria fordista, a partir dos anos 50, iria promover mudanças significativas no modo de vida dos consumidores (que inicialmente eram restritos às faixas de maior renda) e também na habitação e nas cidades. Com a massificação do consumo de bens modernos, especialmente o eletro-eletrônico, e também do automóvel, mudaram radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído. Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homogeneamente moderna.”³⁹

Em Florianópolis, mesmo que as implicações do processo de industrialização no Brasil se materializassem de maneira diferente, tanto em tempo quanto em espaço, observa-se que as mudanças acontecidas em escala nacional, cedo ou tarde, impactaram também profundamente o modo de vida da população local, nele provocando mudanças radicais. Sendo assim, acentuou-se o já em curso, mas ainda tímido, processo de abandono da economia rural de subsistência para a adoção do assalariamento urbano. Essas mudanças foram corroendo com violência e velocidade o perfil das relações econômicas estabelecidas,

³⁹ FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano**: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Florianópolis, 1997. p. 154. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina.

de tal maneira que, feito uma “metástase” maligna proliferou e hegemonizou o modo de vida da população local, mesmo que Florianópolis não viesse se enquadrar no modelo clássico de cidade industrial.

Não obstante isso, sob a égide do processo de industrialização e diante de ritmos de desenvolvimento descompassados, comparativamente aos principais centros industrializados do país, percebe-se uma certa inquietação das elites locais que acanhadas estavam perante o estágio “atrasado” em que se encontrava Florianópolis.

Como forma de compensar o “subdesenvolvimento”, as elites dominantes locais constituíram uma estratégia discursiva, conforme Ana Albano Amora e Maria da Graça Agostinho,

*Desde a década de 50, um ‘discurso desenvolvimentista’, cujo objetivo era tirar Florianópolis do ‘atraso’, da ‘estagnação’. Este discurso expressava a ‘vontade de crescer’, tirar Florianópolis da posição de inferioridade em relação às capitais vizinhas, e apontava para a necessidade de transformar a cidade em uma ‘metrópole’, em uma ‘grande cidade’. Este discurso tornou-se uma ação concreta, via intervenção do Estado, principalmente através do planejamento urbano, a partir da década de 50.*³⁵

Este ímpeto aparentemente progressista encontrou, mesmo que pontualmente, manifestações de contrariedade, pois como bem registrou Paulo Fernando Lago, sempre existe quem se sensibiliza:

*Quando as cirurgias suprimem o que para eles representa componente tradicional da paisagem urbana. A ‘velha praça’, a ‘velha rua’, a ‘velha ponte’ o ‘velho sobrado’, o ‘velho trapiche’, o ‘velho tiro-alemão’ ou, o ‘velho barzinho da esquina’ e a ‘velha figueira’ podem ser avaliadas pelo significado que impregnaram a vida afetiva de antigos moradores.*³⁶

³⁵ AMORA, Ana Albano; AGOSTINHO, Maria da Graça. **Desenvolvimento urbano de Florianópolis**: o caso do Campeche. Março de 1993. Texto.

³⁶ LAGO, Paulo Fernando. **Florianópolis e a Questão Urbana**: reflexões preliminares sobre transformações de cidades catarinenses – Novembro de 1995.

Por mais interessante e verdadeiro que seja o sentimento arrolado acima pelo professor Lago, e merecedor de respeito (até porque, sem nenhum europeísmo, o que seria de Paris, por exemplo, se seu povo não adorasse e tivesse sentimentos com relação a “à velha torre Eifel”?) é fundamental registrar que as contrariedades já expressadas em vários momentos em Florianópolis estão para além de meros sentimentos pontuais. Já tivemos e temos ainda hoje, vigorosos Movimentos que apontam na perspectiva de construir uma proposta alternativa de cidade, em seu todo, ao projeto encampado pelas elites dominantes.

Florianópolis, enquanto resultado de sua dinâmica histórico-espacial, condensa e manifesta tempos/espacos da trajetória de sua existência compondo um mosaico de temporalidades e dinâmicas variadas. Por ter sido preservada em certos aspectos, a póvoa de Nossa Senhora do Desterro (denominação empregada para Florianópolis de 1651 até 1894) mantém-se ainda no tempo presente, permitindo-nos conviver com o passado longínquo. Mas sua origem precisa ser recuperada em seu contexto histórico mais abrangente, conforme registra o professor e historiador Valmir Martins.

A agressão aos comunistas primitivos localizados no espaço que comporia, mais tarde, uma parte do Brasil Colônia, foi organizada muito particularmente pelos portugueses e ocorreu no contexto da expansão marítima e mercantil européia. Tal processo dá-se no período em que o modo de produção feudal inicia, mais vigorosamente, seu processo de degeneração, ao mesmo tempo, em que acentua-se a acumulação primitiva de capital.

O antigo sistema colonial que nasce com o Antigo Regime, e dele faz parte, inclui em suas práticas o saque, a pirataria, a violência incontida e as mais variadas formas de trabalho coercitivo, todos métodos que possibilitaram à burguesia mercantil acumular capital de forma primitiva como tão bem Marx desvendou no seu maravilhoso texto histórico, o capítulo XXIV de O Capital.

É dentro deste processo mais geral e que ocorre ao nível mundial, que devemos buscar compreender o passado colonial brasileiro na qual se inclui Desterro.³⁷

³⁷ MARTINS, Valmir. A Ilha do desejo. Mimeo. p. 1



Fotografia 6 Rua Conselheiro Mafra



Fotografia 7 Casarios da Lagoa da Conceição

Seus casarios, sejam eles do interior da ilha ou do centro urbano, algumas de suas ruas e servidões, sobreviveram ao tempo das demolições, os quais ainda não findaram. Desterro expressa-se também nos dias atuais em suas manifestações de caráter cultural como o sotaque dos nativos, o boi-de-mamão, o pau-de-fita, o terno-de-reis, a farra-do-boi, a festa do Divino, a pesca artesanal, as rendeiras e seus bilros e tantas outras manifestações que mesmo desfiguradas teimam em resistir ao tempo.

Após o ápice de sua função portuária, que mais tarde caiu em declínio, a cidade não resolveu com rapidez a sua nova função no processo econômico capitalista e, por esta razão, não sentiu a necessidade de refazer o seu traçado urbanístico, sendo que a falta de perspectiva econômica acabou funcionando como elemento de preservação de seu acervo arquitetônico.

Do limiar do século XIX, quando Florianópolis apresentava um declínio nas suas relações econômicas, até as primeiras décadas do século atual, a cidade não expressou relevância se comparada com outras capitais brasileiras ou mesmo com importantes centros catarinenses que então despontavam, como Blumenau e Joinville. As atividades comerciais locais que eram suas referências “estagnaram” e o processo de “industrialização” ficou lento, sem maior expressão no cenário nacional.³⁸

³⁸ MACHADO, Ewerton Vieira. A Inserção de Florianópolis na Formação Socioespacial Brasileira Contemporânea. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). **Território brasileiro: usos e abusos.** Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 245.

Por decorrência da atuação direta do Estado, Florianópolis recebeu incrementos substantivos, voltando a novo ciclo expansionista a partir dos anos de 1960, ciclo este que veio impactar profundamente em sua paisagem edificada. Foram determinantes a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina, a construção da rodovia BR 101 e, no plano urbano, a construção da Avenida Rubens de Arruda Ramos (Beiramar Norte) tornando-se espaço indutor da verticalização com edifício de até 12 andares.

...nas décadas anteriores a 1960, a cidade viveu um período de pouco crescimento urbano, principalmente, como decorrência do fechamento do seu porto e conseqüente decadência do seu comércio. A partir da década de 30, a economia da cidade passou a depender, quase exclusivamente, da função urbana de sede de governo. Assim, a grande expansão do Estado, nas décadas posteriores, desencadeou um processo de transformação urbana da capital catarinense.³⁹

O Brasil vivenciava o Milagre Econômico, consubstanciado entre os anos de 68 a 74 do século passado. O Milagre provocou, pelas vias do investimento público e privado, um acentuado processo de crescimento em Florianópolis, trazendo consigo “grandes feitos” da engenharia e, neste sentido, podemos acrescentar o aterro da Baía Sul; a construção da segunda ponte ligando o continente à ilha e, a partir dela, uma nova definição do traçado da malha viária; o Campus da UFSC na Trindade; a instalação da Eletrosul no Bairro Pantanal e a construção da Via-expressa, fatos que conseqüentemente criaram, a partir de seus impactos espaciais, novos bairros ou reorganizaram os existentes. Além desses impactos, determinados pela dinâmica dos investimentos públicos, Florianópolis também sentiu os efeitos da presença da indústria da construção civil dos anos 60 até final dos anos 70, presença essa promovida principalmente através da ação de três grupos econômicos privados deste setor, sendo eles A. Gonzaga, Emedaux e Ceisa que se julgam impulsionadores do progresso em Florianópolis.

³⁹ FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano**: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Florianópolis, 1997. p. 154. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina.

Fotografia 8 Trindade e Santa Mônica, nova ordenação espacial para Florianópolis



Encerrado o período do Milagre, nos anos 80, vive-se, nacionalmente, uma profunda recessão econômica e por decorrência a Capital passou a sofrer seus efeitos. Gradativamente Florianópolis foi acumulando grandes concentrações de populações carentes, não porque a pobreza e a miséria chegassem a Florianópolis somente a partir deste período, mas, porque nesta época a recessão econômica foi tão profunda, que como resultado constitui, além dos já existentes bolsões de pobreza do município, um conjunto de favelas espalhadas pela cidade.

Fotografia 9 Moradia nos anos de 1920 nas encostas do morro da região central



Fotografia 10 Crianças pobres do morro da região central nos anos de 1920



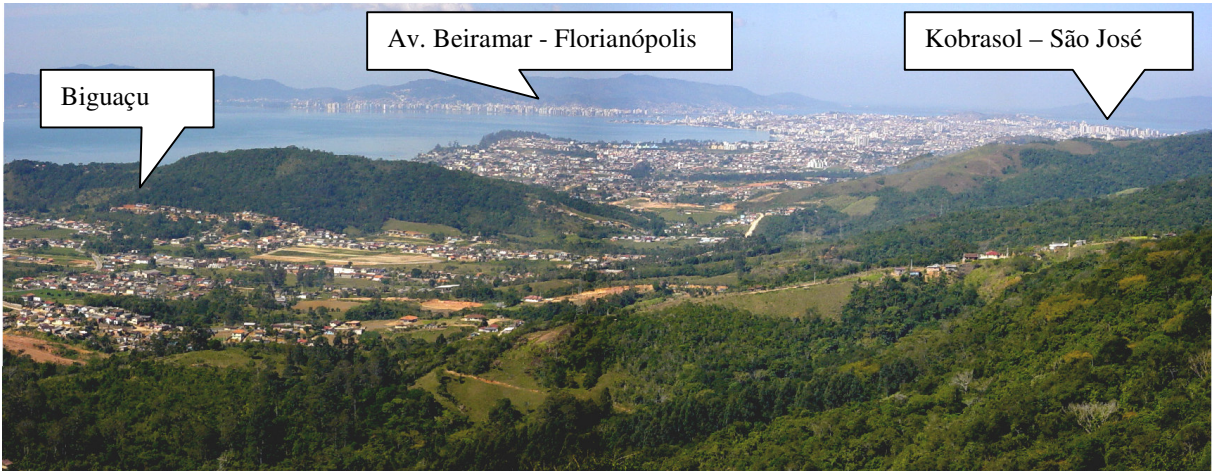
A partir de então, ficaram muito mais presentes e visíveis os sinais de pobreza perante a população em geral. Essa pobreza, que materializou uma política econômica deliberada, não aconteceu somente em detrimento do processo de pauperização da população local mas, sobretudo, a partir de um processo que redundou na transferência da população rural para os centros urbanos na expectativa de empregos que acabaram se frustrando e por serviços oferecidos pelo Estado, a exemplo do de Saúde.

*Inicialmente distante das redes de relações tradicionais, os novos moradores da Ilha tiveram que procurar suas próprias alternativas a partir das redes de parentesco (que não eram muito extensas) e das de solidariedade que vieram a criar na cidade. Esse foi o caso dos migrantes pobres que se estabeleceram na Ilha sob situações bastante difíceis. As áreas ocupadas por esta população foram preferencialmente três: os morros, com altura média de 150 m, que circundam o núcleo urbano da Ilha; as antigas áreas rurais periféricas ao centro, geralmente planas; e as marginais das vias de acesso à cidade na área continental do município. Mais recentemente, estas populações têm ocupado terrenos de praias e áreas de manguezais, também em situações bastante precárias. Este tipo de ocupação tem sido motivo de profundos conflitos entre vários setores da sociedade local. Conflitos que, aliás, têm trazido à tona as múltiplas visões quanto às possibilidades e destinos do uso do solo urbano na Ilha e no Continente, assim como, quanto às concepções de **desenvolvimento** para a cidade.⁴⁰*

A metropolitização acabou acontecendo e resultou, principalmente, no processo de conurbação dos municípios de Florianópolis e São José, daí decorrendo um conjunto de problemas de caráter microrregional que não mais comportam soluções que não sejam integradas regionalmente. É o caso do transporte coletivo, do sistema viário, do abastecimento de água, da coleta e do tratamento dos resíduos sólidos etc.

⁴⁰ CECCA. **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1996. p.175.

Fotografia 11 A conurbação dos municípios do aglomerado urbano, visão do Morro da Boa Vista de Biguaçu



Apenas para ilustrar o crescimento da demanda por serviços públicos, a população residente no aglomerado urbano de Florianópolis cresceu em termos gerais, 3,07 vezes no período relativo a 1970-2000. Florianópolis foi quem menos cresceu, registrando variação na ordem de 2,47; Palhoça foi o município que mais cresceu, registrando variação na ordem de 4,97 vezes.

Tabela 1 população residente no aglomerado urbano de Florianópolis

<i>Ano</i>	<i>Florianópolis</i>	<i>Biguaçu</i>	<i>Palhoça</i>	<i>São José</i>	<i>Total</i>
1970	138.337	15.337	20.652	42.535	216.861
1980	187.871	21.434	38.031	87.817	335.153
1991	254.941	34.027	68.298	139.318	496.584
1992	260.593	35.283	71.316	144.453	511.645
1993	266.858	36.563	74.394	149.691	527.506
1994	272.073	37.870	77.534	155.033	542.510
1995	277.156	39.202	80.736	160.483	557.577
1996	271.281	40.561	84.003	166.041	561.886
1997	285.279	41.948	87.335	171.710	586.272
1998	299.999	42.852	86.861	152.734	582.446
1999	315.479	44.804	94.200	183.392	637.875
2000	341.781	48.010	102.671	173.239	665.701
Variação	2,47 vezes	3,13 x	4,97 x	4,07 x	3.07 vezes

Fonte: Fundação IBGE - Censo Demográfico de SC, 1991 Anuário Estatístico de SC – 1995

Estas fases da expansão urbana que em alguns aspectos preservou características da história de Florianópolis, as fez subsisti-las a um só tempo nos dias atuais, e de maneira conflitiva. Disputam e divergem entre si quanto aos rumos da cidade. Atuam de forma a que, quando uma delas assume dominância, as demais, quando possível, participam como suporte. Essa forma de coexistência conflituosa entre os espaços/tempos cria um dinamismo próprio, uma energia urbana, econômica e cultural que como síntese, assume a forma de uma tendência de crescimento desordenado.

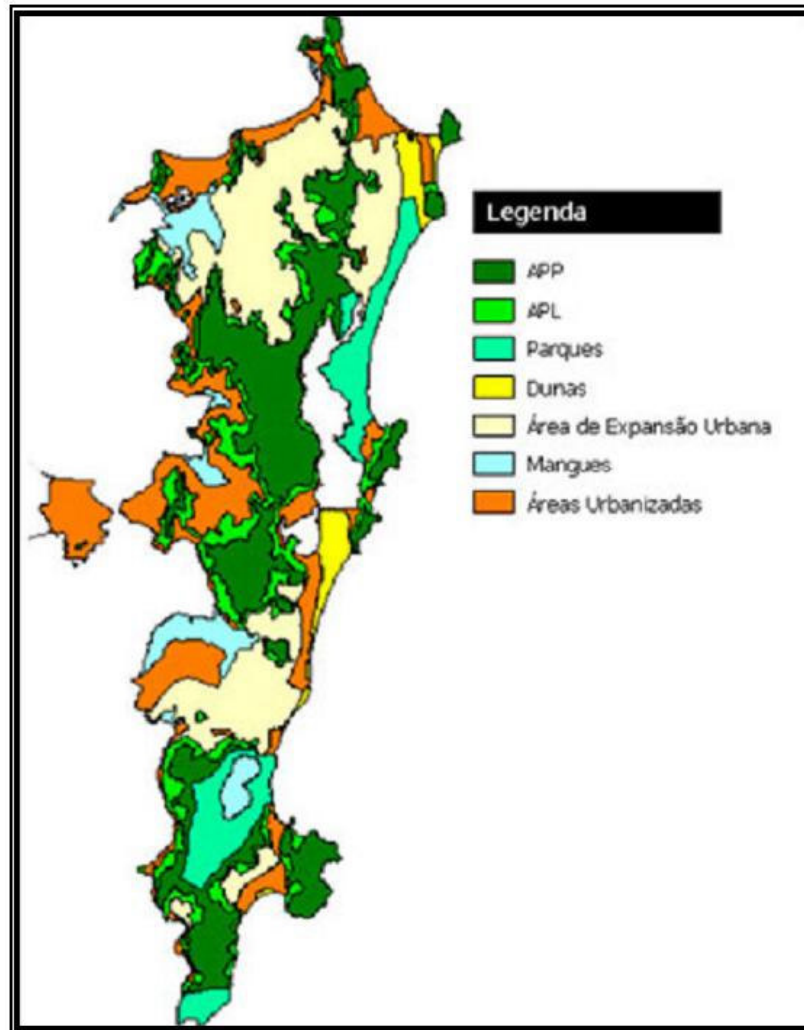
Confirmada a partir de uma retrospectiva do processo de crescimento da cidade, tal tendência não parou de trazer conseqüências negativas bastantes acentuadas. Tudo indica (não só pelas determinações intra-municipais) que a cidade tende a consolidar uma subdivisão para o futuro, no qual iremos encontrar duas outras “cidades”: a dos ricos e a dos pobres.

Este crescimento desordenado acontecido e acontecendo em Florianópolis, é típico dos espaços urbanos em geral e mecanismo imposto pelo próprio processo de produção capitalista. Nossa convicção está no fato de que somente unidades produtivas capitalistas se deixam internamente planejar; no entanto, os vários planejamentos destas unidades econômicas não sobrevivem senão enquanto sistema anárquico produtivo geral. Logo, se o sistema capitalista é anárquico por natureza, como exigir planificação dos espaços que a ele servem como condição geral?

Nosso esforço passa a partir deste momento a cumprir este desafio em relação a realidade florianopolitana. O Município de Florianópolis, com área de 436 Km² e população, segundo o censo IBGE de 2000, na ordem 341 mil 781 habitantes, possui um arcabouço jurídico por meio do qual praticamente 42% de seu território está definido como área de preservação permanente (APP) e 20% como área de preservação limitada (APL) *.

* Dados do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF.

Figura 1 Macrozoneamento do Município de Florianópolis



Fonte: IPUF – <http://www.ipuf.sc.gov.br>

Tais dados sugerem, em uma primeira aproximação, a conclusão de que a legislação estaria imbuída de motivação preservacionista, ou ainda, de que Florianópolis estaria, por decorrência de força de lei, bem protegida, bem cuidada.

5. Caráter capitalista do município de Florianópolis

O município de Florianópolis participa no processo de produção capitalista não pela sua pujança industrial e capacidade produtiva, mas por cumprir função específica na divisão social do trabalho como cidade prestadora de serviço e centro produtor de conhecimento para a acumulação capitalista.

Além disso, com a liberação de um tempo maior, para certos setores da sociedade e que concomitantemente reúnem condições financeiras, Florianópolis foi se constituindo como centro turístico. Explorando potencialidades naturais, culturais e arquitetônicas, sem tréguas o capital invadiu o tempo liberado de determinado contingente da população, de modo a mercantilizá-lo. Florianópolis a este papel também se propôs, estabelecendo dupla função: explorar e apoiar a exploração capitalista.

A função de colaboração a que se submete Florianópolis pode ser mais bem compreendida com a categoria marxista de cooperação desde que, não simplificada às relações estabelecidas entre os trabalhadores exclusivamente na unidade produtiva, mas compreendendo que na própria cidade, com a concentração populacional, com a concentração dos meios de produção e de um ambiente de necessidades e prazeres, se estabelece uma nova qualidade da cooperação e que esta também se amplia, por meio dos vínculos constituídos nas relações entre as cidades.

Embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, que a exploração da propriedade do solo não seja um fato novo, e que haja – como mostrou à exaustão Lefèbvre e depois toda a geografia humana recente – uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital, como estamos vendo, há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias.⁴¹

⁴¹ ARANTES, Otília Beatriz Fiori . **Uma estratégia fatal:** a cultura nas novas gestões urbanas. In: **A cidade do pensamento único.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 26.

O Estado enquanto instituição capitalista, sempre funcionou como uma espécie de balcão de negócios para favorecimento de interesses privados. Um aspecto marcante de sua presença foi, e ainda é, a sua interferência na partilha e concessão de terras, o que veio a acontecer de forma a agredir a paisagem, a cultura e as relações sociais predominantes em Florianópolis que, até os anos de 1960, gozava de grande quantidades de glebas de terras de designação comunal e que foram apropriadas individualmente.

Em sua obra intitulada *Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina*, Nazareno José de Campos registra:

O processo de apropriação das áreas comunais continuou por todo o século XIX, aprofundando-se no século XX, haja vista os novos interesses em jogo, muitos dos quais influenciados e incentivados pelo próprio poder público.

Os interesses que ocasionavam o processo de apropriação das áreas comuns não incluem apenas aqueles ligados às classes mais abastadas, de setores administrativos, comerciantes, entre outros. Também entre os pequenos produtores, usuários ou não, havia aqueles que tentavam (e muitos conseguiram) se apoderar de parte das áreas comunais. Uma das formas de apropriação, comentada por ex-usuários era a seguinte: como as terras comunais, em geral faziam fundos às propriedades, muitos proprietários (tanto os pobres quanto os mais abastados) ‘esticavam’ suas cercas para dentro delas, aumentando assim sua terra. Apesar das queixas e reclamações de muitos dos usuários, alguns daqueles deixavam o tempo passar (como uma maneira de fazer os queixosos esquecerem), cercavam e se apoderaram em definitivo.

Os mais poderosos conseguiam, através da Câmara Municipal, dos Juizes de Paz, das Intendências, etc., documento de posse ou escritura definitiva, muitas vezes ilicitamente.

As práticas ilícitas tornavam-se com o tempo usuais e aceitas pela sociedade, como sendo normais. Logo, muitas das apropriações acabaram sendo aceitas pacificamente, principalmente se fossem por parte de certa autoridade, seja político-econômica ou militar. Aliás, o medo e/ou respeito à autoridade ou ‘ãos grandes’ como ainda falam os mais antigos, sempre foi comum ao pequeno produtor açoriano, sendo parte integrante de sua própria constituição cultural.⁴²

A presença imponente do poder público neste tipo de processo de apropriação veio a constituir base fundante de uma profunda transfiguração econômica, cultural, política, social e ambiental da Capital. Segundo Campos:

No caso do litoral açoriano catarinense, a presença do Estado foi sempre considerável, influenciando sobre a economia regional, e favorecendo as

⁴² CAMPOS, Nazareno José. **Terras comunais na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 123-124.

*transformações que esta sofreu no tempo e no espaço. Parte integrante dessa economia, as terras de uso comum sofreram também, pela ação do Estado, transformações e mudanças, que as levaram em última instância, à apropriação privada*⁴³

Após minucioso relato de como se deu em Florianópolis o processo de intervenção do Estado em favor dos interesses privados, abordando aspectos concernentes à legalidade e ao processo histórico, o autor supra citado conclui:

As concessões de terras públicas no pós 64, não só continuaram, como se aprofundaram. Novas concessões foram feitas pelo governo estadual, como áreas de costões e dunas, por exemplo. Por cerca de 20 anos, o IRASC (Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina), órgão ligado à Secretaria da Agricultura do Estado, possibilitou, desde sua criação no início da década de 60, a concessão de milhares de lotes por todo o Estado de Santa Catarina. Considerava as terras públicas como sendo terras de apropriação original, concedendo títulos, sem muitas exigências, sob pagamento em dinheiro. Os requerimentos eram confirmados em edital que afirmavam tratar-se de ‘terras devolutas’ e davam um prazo de 30 dias para possíveis contestações, após o que era concedido o título em definitivo, conforme pode-se observar a seguir [o autor apresenta uma ilustração que parece ser de uma página do diário oficial com a veiculação de alguns requerimentos e continua].

Este tipo de concessão terminou em 1982, por interferência da Procuradoria Geral do Estado, que as considerava ilícitas. O avanço sobre as terras públicas da Ilha de Santa Catarina continuava, entretanto, subsistindo, atacando também as terras de pequenos produtores.

*Dois importantes fatos favoreceram para tal: primeiramente, a formação e desenvolvimento em Florianópolis e região de uma classe média alta, que avançou vorazmente sobre as terras pouco ou não ocupadas; em segundo lugar, a **integração de Santa Catarina ao turismo brasileiro, provocou expansão (e especulação) imobiliária e o desenvolvimento de toda uma infra-estrutura turística (hotéis etc.) nos mais variados pontos da Ilha.** [grifo meu]*

*As áreas públicas, como dunas, costões, etc., passaram a ser plenamente ocupadas e apropriadas. Seus antigos ocupantes (pequenos produtores – agricultores e/ou pescadores) foram expulsos para outras áreas*⁴⁴. Os terrenos de marinha, por exemplo, são considerados de domínio público, portanto, não passíveis de serem concedidos à ocupação privada.*

Redefinida em outras bases a estrutura fundiária da Capital, se estabelecem a partir de então, as condições para implantação de novo modelo de desenvolvimento, agora reorientado para as áreas de praia com o objetivo de explorar a “vocação turística” da Ilha de Santa Catarina. Para viabilizar este objetivo, além de um remodelamento sócio-espacial do centro

⁴³ loc. cit. p. 125.

* * Ocupantes no sentido de usufruto e não de apropria o.

⁴⁴ Ibid., p.133-135.

histórico do município, os interesses imobiliários imputavam a necessidade de definir minimamente um Plano Diretor dos Balneários, que foi instituído pelo sancionamento em 03 de janeiro de 1985 do Projeto de Lei n.º 2.801, que possuía a seguinte ementa: “Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo em Balneários da Ilha de Santa Catarina, declarando-os áreas especial de interesse turístico e dá outras providências.”

Florianópolis não aconteceu como cidade-máquina-de-crescimento*, senão no período compreendido entre final da década de 1980-início da década de 1990, momento que peculiarmente maculou sua história por causa da postura de um grupo de empresários locais que produziu ostensiva campanha cindindo a cidade em dois segmentos: os que amavam e os que não amavam Florianópolis; os amigos e os inimigos de Florianópolis. A chamada campanha contra os “do contra” – lançada em 1991[•] –, visava sobretudo destruir a possibilidade de resistência de movimentos que existiam e espontaneamente se vinculavam a lutas contra, principalmente, os interesses da indústria do capital imobiliário – como no caso da Ponta do Coral, do Miramar etc. – e promover no imaginário social a idealização de um resultado final benéfico a toda a sociedade. Era “do contra” aqueles que não se rendiam à fúria da transfiguração da paisagem urbana do município. Casarios, chácaras, vegetações, praias, áreas de uso comum etc. eram criminosamente destruídas da noite para o dia, para

* * A “tese da máquina de crescimento”, formulada por Harvey Molotch em 1976 e desenvolvida por Joel Felizes e por John Logan posteriormente, aparece para explicar não apenas de que forma as decisões a nível local podem ser influenciadas pelas elites, mas também como se processa o desenvolvimento da cidade. Estes autores destacam os que visam ‘maximizar o valor dos seus bens’ (sobretudo terrenos). Estes ‘proprietários’ chamados de ‘capital paroquial’ contrastam com outros proprietários que retiram os seus benefícios do uso corrente dos seus bens. Não podendo deslocar-se, o ‘capital paroquial’ vai procurar atrair o chamado ‘capital metropolitano’, isto é, o investimento externo. Esta estratégia de crescimento, vai contar com vários aliados: empresas financeiras, de construção civil, meios de comunicação ou outros agentes com ligações ao local. A ‘tese máquina de crescimento’ tem a ver com a procura de legitimidade para os ganhos obtidos pelos participantes nesta estratégia, pois afirma-se que o verdadeiro interesse que se defende é o próprio crescimento econômico, supostamente benéfico para toda a comunidade.

• Em 1991, ano que antecedeu a eleição municipal onde a Frente Popular saiu vitoriosa [ver *Esperança Interrompida* para maiores informações], o empresariado local lança-se numa férrea campanha intitulada “Amigos de Florianópolis”. Eram peças publicitárias profissionalmente produzidas e veiculadas em “out-doors”, jornais, rádios e televisões e comparavam as potencialidades de Florianópolis às das cidades turisticamente bem sucedidas em âmbito internacional, a exemplo de Ibiza, Miami etc. A campanha sugeriu a culpa do “fracasso” turístico de Florianópolis à “turma dos contra”. A inexistência de equipamentos de atração turística como Hotéis Internacionais, marinas etc. era responsabilidade atribuída aos “inimigos da cidade”.

abrir espaço a construções de prédios de gosto arquitetônico duvidoso e produtores de um anunciadores de um caos urbano futuro, uma vez que a ordem era verticalizar a qualquer custo, não importando as condições infraestruturais (esgoto, água, luz, garagens, malha viária, sombreamento e ventilação urbanas etc.) e as conseqüências na perspectiva da vida. O capital era o imperativo.

Uma avaliação criteriosa dos resultados ideológicos daquela campanha e suas conseqüências no espaço urbano, ainda está para ser feita. Mas é possível afirmar que as elites dominantes do município praticaram uma aventura, um salto no escuro.

Sem os mesmos instrumentos disponíveis para reagir aos ataques desferidos pelos meios de comunicação de massa, colocados a serviço da classe dominante local, os movimentos de resistência que contavam com relativo apoio político na Câmara de Vereadores, enfrentaram franciscanamente e acabaram dividindo as opiniões. Como forma de reagir àquele ataque frontal, mandou-se produzir um adesivo retangular de fundo verde com letras brancas (de mais ou menos 25 cm X 12,5 cm de tamanho) com os seguintes dizeres: **SOU CONTRA A DESTRUIÇÃO DE FLORIANÓPOLIS POR EMPRESÁRIOS E POLÍTICOS CORRUPTOS.**

Os vereadores da 11ª Legislatura (janeiro de 1989 à dezembro de 1992) Clair Castilhos (PSDB), Jalila El Achkar (PV), João Guizzoni (PCdoB), Ricardo Baratieri (PDT), Vilson Rosalino (PCB) e Vítor Schmidt (PT) foram taxados de maneira maniqueísta como “bs do contra”. O objetivo era macular a esquerda como simbologia do atraso. Consideramos que a referida campanha, que visava agredir a imagem florianopolitana da época, era uma maneira de a burguesia local expressar a sua repugnância pelas características acusadas de provincianas impregnadas no município e ao mesmo tempo dizer em alto e bom som que as recusava, apontando outro referencial utopista burguês. Desejando fazer o povo pensar com os valores morais, os padrões estéticos e a dinâmica econômica das elites, pretendia produzir

um sentimento de renegação do povo perante sua cidade. Queria desvalorizar o existente para justificar a destruição e anunciava o porvir de uma *global city*. Era uma profecia para se auto-cumprir.

A referida campanha, pela sua ostensividade, acabou não cumprindo o efeito desejado. Talvez o resultado da eleição municipal de 1992 retrate bem a reação popular. Se é verdade que os vereadores que se dispuseram a tentar a reeleição tiveram alguma dificuldade para alcançar o objetivo, foi na mesma eleição que a Frente Popular (PPS, PT, PCdoB, PV, PSB, PSDB e PDT) com sua chapa majoritária ganhou a prefeitura com a chapa Grando e Afrânio e elegeu cinco vereadores. Alguns vereadores taxados como “do contra” e não reeleitos, foram aproveitados na gestão da Frente Popular na prefeitura. Foi o caso de Ricardo Baratieri, que se tornou Secretário Municipal de Saúde; Jalila Al Achar, que assumiu a condição de Assessora Especial para o Meio Ambiente do Prefeito; de Clair Castilhos que acabou assumindo uma pasta importantíssima e relacionada ao tema, qual seja, de Secretária Municipal Urbanismo e Serviços Públicos e de Vítor Schimdt (que não concorreu na eleição de 1992) e mesmo convidado, recusou-se a assumir a Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiente).

A campanha contra os “do contra” era uma estratégia que visava esmagar qualquer possibilidade de resistência e formar na opinião pública uma posição favorável à idéia de cidade-máquina-de-crescimento. Pretendia fazer a sociedade em geral pensar e agir de forma a viabilizar os interesses da sua elite dominante. Acabou se tornando uma disputa aberta de idéias e de interesses frontalmente antagonizados.

É exemplo disso a manifestação de Sérgio da Costa Ramos, articulista do jornal Diário Catarinense:

É luminosa e oportuna a campanha em defesa da cidade, inspirada pelo publicitário Roberto Costa e oferecida aos “amigos da ilha”, que a estão veiculando. A cidade precisa mesmo ser defendida contra aqueles que pretendem transformá-la num Museu de Cera – espécie de Madame Tussaud dos trópicos. Aí se incluem tanto os

*cultores da ecolatria histórica quanto aqueles que pretendem congelar a Ilha só para si, imune a qualquer melhoramento.*⁴⁶

Numa espécie de “abram alas que eu quero passar”, o aviso foi dado. A campanha serviu como um divisor de águas. Dali para frente, acelerou-se o que parecia irrefreável. Naquele período já estava gestada a possibilidade de associação de capitais empreendedores do espaço urbano, e que acabou suplantando o modelo autóctone representado pelo período das construtoras A Gonzaga, Emedaux e Ceisa.

⁴⁶ FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. p. 57.

6. Florianópolis cresce para o alto

Ao mesmo tempo em que aconteciam as apropriações das terras comunais que por decorrência acabariam definindo nova estrutura fundiária no município, iniciaram-se a verticalizar cada vez mais as edificações para efeito de ampliar a acumulação capitalista. As novas tecnologias, a exemplo do cimento (que chegava ao porto importado em barricas) e do ferro, começaram a ser aplicadas pioneiramente por José Daux. Imigrante libanês, Daux chegou a Florianópolis em 1902 e começou trabalhando como sapateiro. Mais tarde, tornou-se comerciante de alimentos e armarinhos. Com estas novas técnicas, iniciou no ano de 1928 a construção, na esquina da rua Trajano com Conselheiro Mafra, do Majestic Hotel*, com pavimento térreo e mais dois andares, concluindo-o no ano de 1930. O concreto ou cimento armado mais tarde tornou-se usual e facilitador da verticalização. Este novo elemento constitutivo das forças produtivas veio para ficar. Afinal , além do aumento da produtividade, as novas técnicas de verticalização propiciaram a valorização do capital por meio da otimização do espaço, ou do solo criado.

Fotografia 12 Majestic Hotel



* O prédio em que foi alojado o Majestic Hotel situa-se exatamente na esquina da rua Conselheiro Mafra com a rua Trajano. Ainda em outubro de 2003 encontrava-se a placa indicativa em sua fachada mesmo ele estando desativado a anos e nova designação comercial a ele sendo conferida. O conjunto de fotos acima é uma seqüência que visa indicar a localização e as flechas aplicadas sob as fotos apontam a localização da referida placa.

No processo de transmutação da cidade, o que é construído pelo homem tem para o seu tempo uma razão de ser, mas o momento subsequente, cheio de novos argumentos aparentemente irrefutáveis, imputa a necessidade de se desfazer do resultado anteriormente obtido. O que era racional e indispensável torna-se ultrapassado. O novo tempo trará a exigência de uma nova funcionalidade do espaço e, neste contexto, da verticalização. O desejo de preservar torna-se frágil diante da volúpia destruidora que o acusa de atrasado e destituído de razão. Quando o espaço e a construção conseguem sobreviver, a eles é empregada nova função. O Palácio vira museu; o casario, teatro; a rua transforma-se em calçadão; o prédio da alfândega assume função administrativa outra além de ponto de cultura e comércio; o sobrado agora é ‘café’; a Ponte, cartão postal. O tempo vira-virou.

Em Florianópolis, na era da verticalização, que ocorre com maior contundência a partir dos anos de 1960, o emprego de tecnologias modernas para construções soergueu uma banalização de paisagens e que com a construção do aterro hidráulico da baía sul, no início dos anos de 1970, veio a despersonalizar ainda mais a cidade.

A cidade perde a proximidade com a borda d'água com a desativação do porto, que é aterrado e serve de passagem e estacionamento. Perde-se o encanto do movimento das águas e cria-se uma barreira, sem diálogo entre a cidade e o mar. As plantações são loteadas, os engenhos demolidos e as infra-estruturas urbanas substituídas por tecnologias mais avançadas. A cidade se transfigura e se esvaem as lembranças materializadas no espaço. Num processo cada vez mais rápido, perde-se um sobrado, outra casa, num pontilhamento que se espalha pelo tecido urbano, e forma lacunas preenchidas pelo 'novo'.⁴⁷

O fenômeno da verticalização é mundial; no entanto, nem todas as cidades adotaram este como modelo dominante. Especialmente os países europeus, viabilizaram combinações com a predominância de antigas edificações contrastando com a verticalização, ou até mesmo, a terminante proibição de verticalizar.

⁴⁷ ADAMS, Betina. **Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história o patrimônio de Florianópolis:** UFSC, 2002. p.111.

Fotografia 13 Avenida Beiramar Norte ‘ganhou os céus’



Em Florianópolis o desejo de subir aos céus ganhou a disputa. Muitas famílias se desfizeram de suas residências e chácaras, entregaram-nas às incorporadoras e construtoras e com o “dinheirinho” no bolso, viajaram à Europa para conhecer as antigüidades: ruínas, cidades intra-muros, palácios, parques, casas etc. Quando voltaram, as suas estavam no chão. Em solo pátrio o arranha-céu é símbolo de progresso e no exterior o patrimônio preservado é expressão de civilização. Para se justificar as atitudes, se usava o argumento de ser Florianópolis provinciana e que se deveria dar lugar ao “progresso”. Triste cultura, isto sim é provincianismo.

Em um dominical de distribuição gratuita em Florianópolis que marcou época na década 1970 com tiragem de 22 mil exemplares, denominado “*bom dia, Domingo*”, na seção classificados, página 5, do dia 14 de agosto de 1977, encontramos os dois anúncios que seguem e que nos servem de ilustração em vários aspectos.

Adquira belo terreno na Praia da Armação, com área de 32.240 m², plano, totalmente cercado, com engenho de farinha. Ótimo para pessoas interessadas em resguardar a cultura tradicional. PREÇO – Cr\$500.000,00.⁴⁸

E mais a frente para contrastar, publicava.

EDIFÍCIO PETER PAN – Localizado na Rua Abel Capela, num dos bairros mais sofisticados. Apartamento com 3 dormitórios totalmente acarpetados, sendo dois com armários embutidos, living, dependência de empregada, cozinha, área de serviço, garagem sendo que a cozinha e banheiro são revestidos com azulejos até o teto. Área de 138,45 m² PREÇO – Cr\$570.000,00⁴⁹

Fotografia 14 Dominical Bom dia, Domingo, seção classificadas

A. GONZAGA S.A. MERCADO IMOBILIÁRIO

OFERTA ESPECIAL

EDIFÍCIO JOANA DE GUSMÃO

Em fino acabamento, situação privilegiada, situado na rua João Pinto e Antonio Luz, CONJUNTO com 2 unidades independentes, sala e banheiro com azulejos decorados até o teto, louça côrde de todo o banheiro de alumínio anodizado. Área de 63,81 m². Oportunidade única para o Nordeste. Preço de ocasião. Oportunidade única.

TEMOS PLANTÃO PERMANENTE, INCLUSIVE SÁBADOS E DOMINGOS
 À Av. OTHON GAMA D'ÊÇA Nº 139 FONE: 22-3734
 E NA RUA VIDAL RAMOS Nº 63 - FONES: 22-3490 e 22-3245.

IMÓVEL O MELHOR PREÇO

Chama-nos atenção a forma depreciativa da veiculação de um anúncio que se propunha em meio a uma transação, a também mercantilizar um engenho. De fato os engenhos, símbolos de um período de nossa economia de subsistência que aplicava técnicas

⁴⁸ Bom dia, Domingo. Florianópolis, 14 ago., 1977. Seção classificadas, p. 5.

⁴⁹ loc. cit.

artesanais, acabaram como responsabilidade de preservação de algumas pessoas – pois a isto o Estado virou as costas. Mas em boa parte dos casos, foram demolidos e reduziram-se a peças decorativas das salas de visitas, vitrines de lojas, varandas de casas de praias etc. Já o preço dos imóveis é outro foco interessante. Enquanto no belo terreno da Praia da Armação o preço do metro quadrado alcançava Cr\$ 0,016, o apartamento do sofisticado bairro, no Edifício Peter Pan (o menino que não queria crescer mas tudo ao seu redor crescia) seu preço chegava a Cr\$ 4,12. A variação entre o preço do metro quadrado do segundo em relação ao primeiro atingiria 257,5 vezes.

O desmonte de elementos paisagísticos e culturais em Florianópolis se deu com muita velocidade. A pressa empregada parecia pretender atenuar a dor. Muitos assistiram e deixaram seus sentimentos registrados. É o caso de Beto Stodieck.

Para minha tristeza, estou sabendo que o Miramar não emplacará 75. Antes que este ano termine, o progresso da Nova Florianópolis exigirá sua demolição. E ali onde atracavam as barcas que ligavam nossa cidade ao resto da América do Sul, quando não havia vento sul, onde os hidroaviões da Condor faziam parar seus motores, haverá um canteiro separando duas pistas para maior facilidade do tráfego que demanda ao Centro.

Não sei se é exatamente isso que estamos querendo. Mas é sempre bom deixar claro que não se mata uma cidade assim. O futuro não perdoa nada. E esta época que estamos vivendo será lembrada, certamente, como uma época terrível e cruel, quando os habitantes de Florianópolis, também chamados florianopolitanos, permitiram que sua velha e linda cidade viesse abaixo só para satisfazer a cobiça desvairada de uns quantos construtores de edifícios de apartamentos.

...Estão assassinando Florianópolis. E ninguém diz nada. E ninguém faz nada. Quando, daqui a alguns anos, poucos anos, a gente olhar a cidade, ela estará moderna, rasgada por largas e imponentes avenidas, o trânsito escoando-se facilmente, e todas as pessoas estarão morando em apartamentos, empoleiradas a dezenas de metros de altura. As casas serão raridades. Florianópolis será uma cidade moderna, modernosa, como tantas outras que existem por aí, pelo Brasil e pelo mundo. Só que, então, será uma cidade sem alma, uma cidade objeto. E todos nós seremos objetos, como objetos já são os infelizes habitantes de São Paulo, Rio e Porto Alegre.⁵⁰

⁵⁰ STODIECK, Beto. Linhas e mais linhas para a cidade assassinada. In: PORTO, Bea; LAGO, Fernanda. **É tudo mentira:** a história segundo Beto Stodieck. Florianópolis: Verde Água, 1999. p. 83.

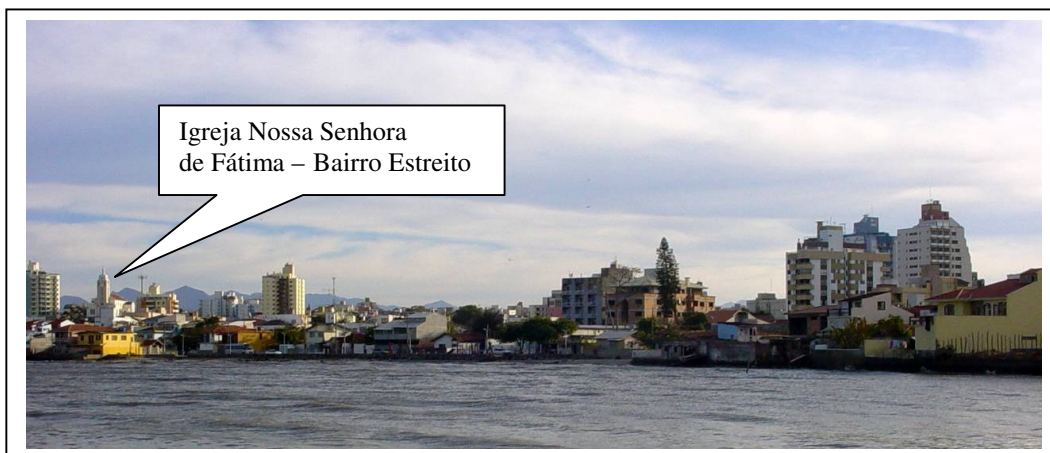
Fotografia 15 Belvedere da Ponte Hercílio Luz



A preservação é um valor que transcende o afã capitalista. Tem sentimentos e significação da existência humana que o supera, mas nem por isso o capitalismo deixou de perceber que também pode conferir lucro à preservação.

No final dos anos de 1990 e início do século XXI, Florianópolis passa a assistir à verticalização de bairros tradicionalmente residenciais: é o caso do Saco Grande (João Paulo), Jardim Anchieta, Bairro de Fátima, Estreito, Balneário, Canto entre outros. A demanda por terrenos gerou um aquecimento estratosférico no mercado imobiliário, produzindo dois efeitos. O primeiro, aumentar o número de pavimentos para diluir o valor do terreno e o segundo, deslocar a verticalização para zonas mais periféricas do centro tradicional, isto é, para bairros da Capital e municípios vizinhos, a exemplo do Bairro Kobrasol em São José.

Fotografia 16 Verticalização do Estreito acontecendo em 2003



Com a valorização da terra, cada vez mais o município de Florianópolis, e em particular sua porção insular e em especial a sua zona balneária, passou a ser espaço privilegiado para as classes ricas. A regra predominante na sociedade capitalista é a de transformar o solo em propriedade privada sendo seu acesso assegurado pela renda. Como a renda inexistente para muitos e em sua maioria não é sequer suficiente para assegurar as necessidades básicas de subsistência, a maior parte da população, sem o direito ao teto, vai morar em uma invenção da modernidade, qual seja, a favela. O avesso do luxo. Segundo dados encontrados na página da internet BBC Brasil.com⁵¹ temos que, no ano de 2001, 924 milhões de pessoas, 31,6% da população urbana mundial, vivia em favelas, a maioria delas em países em desenvolvimento e que até 2030 o número de favelados irá dobrar.

⁵¹ BBC Brasil.com. **Número de favelados deve dobrar até 2030**. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/10/printable/031006_favelas21mp.shtml acesso em 12 out., 2003.

7. Sobre o planejamento e o implanejável

Uma definição mais geral do planejamento deve partir do pressuposto de que o planejamento é um instrumento para alcançar determinados objetivos.

Segundo Carlos Matus:

*O planejamento é a ferramenta para pensar e criar o futuro porque contribui com um modo de ver que ultrapassa as curvas do caminho e chega à fronteira da terra virgem ainda não-palmilhada e conquistada pelo homem.*⁵²

O planejamento é ao mesmo tempo conhecimento das circunstâncias da realidade em que estamos inseridos e o cálculo (do quê, como, quando, com quais recursos) para almejar o futuro desejado. É, portanto, um processo composto por vários atos que precedem e presidem nossas ações. Se for verdade que o planejamento é a idealização de um futuro, é importante frisar que o mesmo só se completa na ação. O momento de fazer é planejamento.

Ao se aceitar a idéia instrumental do planejamento, deve-se também reconhecer que temos uma multiplicidade de instrumentos disponíveis nesta área e que, em última instância, o objeto a ser planejado é que determina a metodologia a ser aplicada. Neste sentido, o método é determinado pelo objeto.

O homem está sempre planejando. Por mais “primitivamente” que possa viver um índio, por exemplo, ele ordena de uma forma ou de outra o seu dia e determina, dentre várias opções, uma certa utilidade a seu tempo. A reprodução de sua vida é, no caso, o objeto de seu planejamento e a isso ele confere uma determinada metodologia. A metodologia por ele aplicada pode ser rudimentar e não é aí que reside propriamente o problema, mas sim em quando se aplica uma metodologia rudimentar em um objeto de planejamento complexo e vice-versa. Assim, estar-se-ia estabelecendo uma inadequação entre o objeto do plano e a

⁵² HUERTAS, Franco. **Entrevista com Carlos Matus: o método PES.** São Paulo: Fundap, 2001. p. 12.

ferramenta (metodologia) para planejar. Podemos concluir que não existe, portanto, uma só metodologia de planejamento e que, a depender do objeto a ser planejado, ela é variável.

No entanto, temos, no âmbito do planejamento urbano, um conflito que merece ser apontado. Embora o objeto seja o mesmo (espaço urbano), assistimos a uma variedade de proposições metodológicas que têm na concepção de mundo a razão última das diferenças. Além da natureza propriamente dita do objeto a ser planejado, temos as crenças e os conhecimentos a seu respeito, a cegueira situacional e a emoção, que derivam de uma outra natureza: a humana. Logo, estamos diante da impossibilidade de produzir consensos em torno de uma metodologia quando determinada exclusivamente pela natureza do objeto. Por isso, chamamos a atenção para os aspectos concernentes à dimensionalidade do sujeito, ou ainda, para o mapa cognitivo do ator. É reconhecendo que os sujeitos são diferentes ao explicar, que reconhecemos, que são diferentes ao agir. Se admitimos que a ação e a explicação são plurais admitimos a possibilidade do conflito; caso contrário, o conflito seria uma anomalia do planejamento.

Inicialmente, é importante distinguir que temos objetos de naturezas diferentes que podem, segundo Matus, ser classificados em quatro modelos a saber: determinística com certeza; estocásticas; incerteza quantitativa e, por último, incerteza dura⁵³. A problemática urbana enquadra-se no modelo de incerteza quantitativa, no qual só podemos enumerar algumas possibilidades futuras e sem probabilidades objetivas. Estamos diante de situações em que o futuro não é passível de ser pré anunciado. A natureza do problema social complexo não viabiliza a possibilidade de afirmarmos com exatidão como será o dia de amanhã. Apenas podemos enumerar possibilidades, e a este tipo de situação é inerente um grau de alta imprevisibilidade.

⁵³ MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente:** governantes e governados. São Paulo: Fundap, 1997. p. 253-257.

Desconsiderando tais características, o Planejamento Tradicional (amplamente difundido), peca já na avaliação dos elementos constitutivos da realidade ou avaliação situacional. Para o planejador tradicional, a avaliação sobre a realidade é denominada diagnóstico. O diagnóstico é uma leitura que evita a autoria da explicação da realidade, que se pretende impessoal. O tecnicismo, tem nele sua origem. Presunçoso e achando-se superior, elimina a dimensão pessoal. Anula a subjetividade e a condena como defeito ou doença, como fonte de erros e ausência de rigor científico. O diagnóstico considera-se verdadeiramente único, e que qualquer um, desde que dotado de “elementos técnicos adequados” (desde de que seja a sua visão de mundo) chegaria inevitavelmente a mesma conclusão. Não haveria diferenças. Logo, é autoritário, porque exclui a possibilidade da versão discordante. Em consequência, o problema social complexo desapareceria e estaríamos sempre diante de problemas simples - determinísticos com certeza. O planejador tradicional violenta a natureza do objeto para fazer prevalecer a sua concepção de mundo e, por decorrência, sua proposta metodológica. Sendo assim, no lugar de governantes e líderes, teríamos juízes, para decidir melhor entre certo ou errado. Ao invés da política, a técnica. O tecnicismo é exatamente a apropriação da política pela técnica. O outro extremo também é equivocado: a política anulando a técnica, pois todo problema deve ser processado técnico-politicamente.

O diagnosticador “ilude-se” ao acreditar que o objeto prescinde do sujeito cognoscente. Matus é cabal:

É um tipo de planejamento que ignora todos os atores do processo social, exceto o Estado ou o governante que planeja; tem um viés autoritário e tecnocrático. Teoricamente, se inclui no campo do determinismo positivista simples. É pobre e sem rigor científico, mas as suas limitações ficaram escondidas atrás do desenvolvimento sofisticado da Estatística e da Econometria, nos anos 60. Restringe-se ao econômico, com projeções limitadas para o social. Ignora o mundo da política e é um simples prolongamento da teoria econômica positivista.^{53a}

^{53a} HUERTAS, Franco. **Entrevista com Carlos Matus:** o método PES. São Paulo: Fundap, 2001. p. 19.

As divergências metodológicas do planejamento urbano passam por estes aspectos que acabam sendo universais, pois, em outras áreas, como a economia, a política etc., tais controvérsias também estarão presentes. No entanto não se resumem a este tipo de discussão. Além do debate acerca dos elementos metodológicos que desde a análise sobre a apreensão da realidade até aos passos subseqüentes em que se estabelecem diferenças colossais, temos outros fatores que distanciam ainda mais os planejadores. São elementos que agora “fogem” aos aspectos do caminho que deve ser trilhado e se encerram nos objetivos. Planejar para quais objetivos? Para quê e para quem?

O planejador, ao buscar responder estas perguntas, geralmente está entre um dos casos abaixo:

- 1) assumidamente representa os interesses econômicos e atua no sentido de favorecê-los, seja em projetos tópicos ou em escala ampla;
- 2) busca mediar os antagonismos e o conflito entre classes e setores de classe, assumindo uma posição que em muitos casos acaba não atendendo a nenhum dos interesses e, por decorrência, leva-o ao isolamento;
- 3) quando assume posição em favor dos explorados e oprimidos, vê-se na maioria dos casos, com dificuldade para viabilizar seus projetos, uma vez que esbarra nas lógicas econômica, institucional e ideológica dominantes, que a ele imputam correlação de forças desfavorável. Consegue conquistas parciais.
- 4) em outros casos encontra-se em crise de identidade, e não consegue participar do jogo social real.

É comum encontrarmos manifestações de descontentamento em virtude da deterioração da qualidade da vida que encontramos no ambiente urbano, uma vez que, é também comum as ocupações agredirem as encostas e vales, encontrarmos volumosas

populações ribeirinhas, rios espumando dejetos químicos, a cidade organizada para o automóvel, a mata nativa praticamente extirpada, má definição do sombreamento, problemas na ventilação da cidade, o esgoto a céu aberto, altas taxas de mortalidade infantil, alto índice de analfabetismo, dentre tantas outras enfermidades sociais. Sempre que este tipo de “estorvo” se torna perceptível aos sentidos animais (visão, olfação, degustação, tato e audição), aparece proveniente da razão a seguinte conclusão: eis mais uma cidade vitimada pelo crescimento desordenado. Este tipo de constatação traz consigo a idéia de que uma outra cidade é possível: uma cidade ambientalmente preservada, sadia para se viver, integradora do homem com a natureza. Edmilson Rodrigues aponta a necessidade de se considerar o potencial transformador da cidade.

A cidade é a janela entreaberta por onde se pode vislumbrar o futuro. Ela manifesta uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que enseja a reprodução ampliada do capital, é também o locus em que as lutas de classe se manifestam de forma aguda já que a cidade é entremeada pelos antagonismos sociais. Significa dizer que a busca de solução para os problemas urbanos é parte do rico processo histórico de produção social do sonho de uma sociedade feliz. Imbrica-se inevitavelmente, à luta das classes trabalhadoras pela superação da sociedade atual cuja essência é a própria produção social da infelicidade humana. A cidade é o mais estratégico lugar da construção de sonhos socialistas.⁵⁴

Clama-se por uma cidade não desordenada. Também é comum se concluir que o estágio desordenado que se encontra este tipo de cidade fosse decorrente da falta de planejamento. Mera ilusão! Não é por falta de planejamento que as cidades estão como estão e nossa convicção é de que não há como ordená-las na ordem social burguesa. Todo planejamento é precário, e não é por esta razão, que devemos optar pelo improvisado. Uma outra cidade só é possível se for num marco não capitalista e mais, diante da anarquia da produção, não nos resta outra conclusão, por mais dolorida que ela seja, acaba prevalecendo a

⁵⁴ RODRIGUES, Edmilson ; LIMA, Carlos. **Reflexões sobre a cidade e sua gestão**. Belém: Labor, 2003. p. 3

anarquia da ocupação do solo. O capital é imperativo e o espaço urbano materializa suas determinações.

Além dos movimentos sociais cumprirem papel atenuador na dor e no sofrimento do Povo, uma vez que suas marchas são reivindicatórias de melhores condições para a vida e na contradição acabam alcançando conquistas parciais, é de se reconhecer a importância estratégica das administrações públicas quando dirigidas por forças políticas vinculadas com os interesses históricos dos excluídos.

A cidade que conhecemos traz a marca social do capital que é o acesso de uns poucos a uma melhor qualidade de vida: saneamento público, transporte, saúde, educação, cultura, habitação, lazer, comida etc. Outra parte se encontra excluída desse processo que, de forma iniludível, é a condenação a uma existência desprovida do mínimo necessário a uma vida digna.

A cidade aludida faz com que pareça natural que parte da cidade seja aquinhoadada com o que há de melhor produzido pelo homem do mundo do capital enquanto parte substantiva da cidade possui as mais degradantes formas de vida e que, por acaso, lá se amontoam como lixo e deserdados, os excluídos.

Nesse sentido é que um governo de esquerda tem potencialidade histórica para ajudar na luta pela inclusão das parcelas despossuídas da população. Ele cria a ambiência sócio-espacial propícia para que a classe que vive da venda da sua força de trabalho assuma papel ativo nas transformações sociais.⁵⁵

Sendo assim, se por um lado é possível concluir, desde já, que o sistema capitalista seja incapaz de produzir reais condições de superação do estágio degenerativo da condição de vida, materializando no espaço urbano a sua expressão, por outro lado, contraditoriamente, a possibilidade do novo está sendo gestada neste mesmo espaço urbano. Ainda é necessário apontar elementos que elucidam o quão limitador é o poder institucional nos marcos capitalistas para não se gerar falsas expectativas. Ermínia Maricato assim confirma:

Obrigar os governos municipais a transferir moradores de áreas de risco, áreas inundáveis ou áreas de proteção ambiental é correto, sem dúvida, mas pode resultar numa lei inviável devido ao volume de pessoas a serem removidas, ao montante dos investimentos necessários para a produção de novas moradias, além das providências administrativas e gerenciais de tal empreitada.⁵⁶

⁵⁵ Ibid., p. 2.

⁵⁶ MARICATO, Hermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis : Vozes, 2001. p. 110.

Não bastasse a enorme herança social a ser corrigida, é necessário também afirmar que se todos os esforços fossem aplicados neste sentido para, em determinado tempo, obtermos sucesso, se a “máquina” geradora de desigualdades sociais não for desligada, de nada adiantará. Cedo ou tarde, uma outra quantidade de miseráveis e excluídos estará reposta. Portanto, atribuir ao setor público a responsabilidade de corrigir as injustiças sociais e as desigualdades sem exigir o fim da fonte geradora, a verdadeira causa motora é mera política melhorista. Há necessidade de se vincular a ação imediata com a construção de uma nova sociedade. Logo, diante da inaptidão sistêmica da natureza do modo de produção capitalista em se deixar planejar e diante de sua rebeldia frente ao poder institucional do ponto de vista da base econômica e sua materialização espacial, concluímos não haver antagonismo entre crescimento desordenado e cidade nos marcos capitalistas. Por isso, a ferramenta “planejamento”, neste caso, é instrumento falho e impotente, sendo sua eficácia circunscrita a casos tópicos e a tempo reduzido. A sua dinâmica de crescimento, engendrada desordenadamente, haverá sempre de fugir ao controle do poder público. O planejamento estará sempre correndo atrás. A cidade capitalista padece do mesmo mal do sistema, é anárquica e geradora de distúrbios econômicos, ambientais, sociais e espaciais. A cidade capitalista já nasceu para a enfermidade da vida.

Sem querer enfrontar uma reflexão a respeito da estratégia, a esquerda, em geral, e por razões variadas sempre nutriu muita esperança em mudar o sistema por dentro do próprio aparelho institucional. O processo político engendra expectativas para além das reais possibilidades, e é muito duro e difícil (para a direita e para a esquerda) fazer política dentro do realismo circunstancial. Vejamos trecho da manifestação do deputado Fernando Gabeira, quando do seu discurso de despedida do Partido dos Trabalhadores, em 14 de outubro de 2003, proferido da tribuna da Câmara dos Deputados,

[...]Eu achei que havia uma saída para o Estado, mas eu sabia que o Estado está em frangalhos, eu sabia que o grande capital nos deixou uma margem mínima de atuação, mas achava que era possível criar. Mas hoje eu não digo claramente que meu sonho acabou. Eu digo claramente que eu sonhei o sonho errado, e o sonho errado foi confiar que nós podíamos fazer tudo aquilo que nós prometíamos rapidamente e confiar que poderíamos fazer tudo aquilo num período de quatro anos ou imediatamente. Não, o sonho foi pior ainda, foi confiar que era possível transformar o Brasil a partir do Estado, foi não compreender que o Estado já perdeu o dinamismo e que o dinamismo agora se encontra na sociedade. Se o Brasil vai se transformar, será através da sociedade, é a sociedade que irá impor os caminhos e o Estado virá, talvez cansado, talvez lento, mas virá acompanhando o nosso caminho.

Eu quero dizer que eu fiquei muito triste até os dias passados porque eu passei a partilhar desse erro da sociedade brasileira que era esperar um governo salvador e ficar triste, amargurado porque o governo salvador não tomava as medidas que nós esperávamos.

Até eu recuperei a minha alegria quando disse ' Não, eu vou sair e vou buscar os meus caminhos' . E com isso abri uma ampla clareira, pude respirar pela primeira vez, estou respirando muito saindo desse clima sufocante das esperanças negadas...⁵⁷

Gabeira escrachou o seu descrédito com relação às possibilidades de mudança pela via institucional. De seu pronunciamento, ficam os ensinamentos sobre os limites, mas a própria experiência brasileira em sua história, para não ir além, demonstra potencialidades. As esperanças, quando negadas em determinado campo ou esfera, renovam-se para outros momentos ou espaços. Nem todos sonharam o mesmo sonho, a exemplo do de Gabeira, que acabou se desiludindo. Sem projetar falsas expectativas, é possível, na contradição, reformar e produzir mudanças mesmo que parciais, além de preparar melhores condições para a superação da ordem social vigente.

⁵⁷ GABEIRA, Fernando . **Folha Online**. Disponível em : <http://tools.folha.com.br/print.html?skin=emcimadahora&url=http%3A//www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u54417.shtml> > Acesso em: 14 out. 2003.

8. Políticas públicas contratendentes

No passado recente e mais precisamente a partir de 1988, no Brasil, uma maior quantidade de prefeituras municipais, mais tarde de governos estaduais, até chegar à presidência da república em 2002, passou a ser administrada por partidos políticos de esquerda. Tal movimento permitiu a adoção de práticas administrativas inovadoras, destacando-se o Orçamento Participativo (OP). Muita coisa já foi escrita para explicar e divulgar o OP, mas tratando-se da perspectiva crítica, quase nada foi dito para avaliar seus impactos enquanto processo e, principalmente, com relação aos seus resultados materializados no espaço urbano. Por ser ele recente como prática administrativa, compreende-se o porquê de sua materialização urbana não ter sido ainda destacada como objeto de estudo em particular. Muito já se estudou em sua característica enquanto método de gestão, enquanto espaço para o exercício da cidadania, ou ainda, instrumento de democratização do poder local. O que observamos é que os meios políticos e acadêmicos, quando atentam para o debate sobre o OP, fazem-no de modo limitado, refletindo-o apenas como meio, desinteressando-se sobre o seu significado enquanto fim.

Não há como se deixar de concluir que uma maneira inovadora (processo/função) de debater o orçamento público traga consigo modificações também inovadoras na construção do espaço urbano (função/estrutura/forma). Se é verdade que *forma, estrutura, função e processo* são indissociáveis*, é necessário auferir o grau de implicação do relacionamento destas

* Roberto Lobato Corrêa em Região e Organização Espacial da editora Ática – Série Princípios bem define que: ‘Segundo Milton Santos (1985), para se compreender a organização espacial e sua evolução – quer dizer, a evolução da totalidade social espacializada - , torna-se necessário que se interprete a relação dialética entre estrutura, processo, função e forma. Estas são as categorias analíticas que permitem a compreensão da totalidade social em sua espacialização, ‘como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças’ (Milton Santos, 1985, p.53.) Segundo Santos, forma é o processo visível, exterior, de um objeto, referindo-se ainda ao arranjo deles, que passam a constituir um padrão espacial. Uma casa, um bairro, uma cidade e uma rede urbana são formas, formas espaciais de diferentes escalas. É conveniente deixar claro que não se pode considerar a forma de *per si*. Se assim o fizéssemos, cairíamos em uma análise da forma para o âmbito da geometria, a linguagem da forma, caindo em um *espacialismo* estéril para a compreensão da organização. Por outro lado, se considerássemos que a partir da forma seria possível apreender

categorias na materialização urbana, e o que efetivamente acontece quando uma delas socialmente é influenciada por dinâmicas hegemonicamente distintas (contra-hegemônicas) das anteriormente predominantes. Aqui uma observação: se do ponto de vista teórico a supressão de um dos conceitos produz o seu “curto circuito”, por outro lado, não se pode concluir que a manutenção das categorias implica automaticamente a reprodução dos seus conteúdos. As categorias mantêm-se, mas seus conteúdos são passíveis de alteração em suas qualidades e intensidades. Este é nosso convencimento, sob pena de, ao aceitarmos a permanência da categoria e, em decorrência, dos seus conteúdos historicamente determinados, concluiríamos pela eternidade do modo de produção capitalista.

a realidade em sua essência, incorreríamos em um grave erro. Tratar-se-ia da apreensão de um aspecto da realidade, a sua aparência, incapaz de permitir vê-la em sua concretização, porque sua essência aparece nos processos e funções que emanam da estrutura, como se verá. Seria uma pseudoconcretização, conforme Kosik (KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969). Por sua vez, a noção de *função* implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. Assim, este tem um aspecto exterior, visível – a forma – e desempenha uma atividade – a função. Habitar, viver o cotidiano, a vida em suas variadas facetas – trabalho, compras, lazer - , visitar parentes e consumir em outras cidades são algumas das funções associadas, respectivamente, à casa, ao bairro, à cidade e à rede urbana. A relação entre forma e função é, em princípio, direta: uma determinada forma é criada para desempenhar uma ou várias funções. E não existe função sem a sua forma correspondente. Daí não se poder dissociar forma e função no estudo da organização espacial. Contudo, apenas a consideração da forma e da função não é suficiente para compreendê-la: estaríamos retirando da realidade social a sua natureza histórica, isto é, as características sociais e econômicas e suas transformações. Cairíamos em uma análise espacial de cunho funcionalista. Segundo Santos, o termo *estrutura*, relativo ao modo como os objetos estão organizados, refere-se não a um padrão espacial, mas à maneira como estão inter-relacionados entre si. Diferentemente da forma, a estrutura não constitui algo que tenha uma exterioridade imediata. Ela é invisível, estando subjacente à forma, uma espécie de matriz onde a forma é gerada. Estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo. Por sua vez, *processo* é definido como uma ação se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. Os processos acontecem dentro de uma dada estrutura social e econômica e resultam das contradições internas da mesma. Com isto, estamos dizendo que processo é uma estrutura em movimento de transformação. Se considerarmos, portanto, apenas as categorias de estrutura e processo, estaremos fazendo uma análise a-espacial, não geográfica, absolutamente incapaz de captar a organização espacial de uma dada sociedade em um dado momento do tempo ou suas mudanças no mesmo. Considerando apenas a estrutura e a forma, desprezando o papel do processo e da função, deixaríamos de lado a mediação (processo e função) entre o que é subjacente (a estrutura social e econômica) e o exteriorizado (a forma espacial). Perde-se a história, os elementos dinâmicos de transformação, que põem a estrutura em marcha, culminando na mudança ou permanência das formas espaciais. Reafirmando, diríamos com Santos: ‘Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade’ (Milton Santos, 1985, p. 52). A partir da estrutura social e econômica, podemos considerar as inter-relações entre estrutura, processo, função e forma. Uma dada estrutura social e econômica possui seus processos intrínsecos que demandam funções a serem cristalizadas em formas espaciais. Cessadas as razões que deram origem a elas, podem desaparecer, dando origem a outras. A famosa expressão *destruição criadora* refere-se à intensidade desta substituição no capitalismo. Contudo, na sociedade capitalista, a força de permanência das formas espaciais tem sido crescente.

Talvez a grande pergunta a ser respondida seja: a quebra da lógica do conteúdo da unidade interna do sistema, representada através dos elos *processo/função/estrutura/forma* a partir do rompimento de um dos conteúdos dos elos da cadeia (processo, por exemplo), até que ponto provoca a possibilidade de rompimento do sistema ou de sua lei interna?

O Orçamento Participativo produz resultados materiais objetivos. Ele não constrói somente uma nova maneira de gerir a coisa pública, produzindo impacto apenas na consciência dos homens e das mulheres que dele participam direta ou indiretamente. Ele produz uma objetivação urbana concreta. A partir da alocação dos recursos públicos, ele formata, amolda, edifica, ratifica, corrige, ocupa e define o espaço urbano. É para estes resultados, ainda não estudados, que chamamos atenção.

Desde já adiantamos que apontar a existência da sua materialização urbana, é valorizar o próprio OP, mas também questioná-lo. A emersão de novidade está em distinguir o resultado da urbanização feita por processo participativo de uma urbanização construída pelo processo tradicional. Como a novidade é recente trouxe um novo objeto para ser observado. Soma-se este estágio de conquista eleitoral do final dos anos de 1980 às experiências estaduais e, recentemente, à vitória de Lula à Presidência da República, já que seu governo produz um conjunto de ações de caráter participativo, dentre elas, destacamos a Conferência das Cidades organizada pelo Ministério das Cidades tendo como titular o Ministro Olívio Dutra.

9. As bipolaridades comunidade x categoria e público x privado

Indícios de novas relações e/ou relações mais acentuadas também começam a se estabelecer desde quando a gestão do orçamento vai ganhando nova feição. Com o objetivo declarado de diminuir a distância entre o governante e o governado, se percebe que cada vez mais a gestão orçamentária vem acontecendo com menor “tutela” governamental. A disputa pela alocação dos recursos financeiros públicos assume, em caráter mais geral, dentre tantas relações, uma em especial, a saber: a bipolarização entre comunidade X categoria profissional que pode ser assim caracterizada. De um lado, uma demanda reprimida das comunidades, que visa atender o conjunto de suas carências na perspectiva de elevar a qualidade de suas vidas. Em grande medida, a partir do advento de Governos Populares, as comunidades encontraram no Orçamento Participativo um espaço organizado e representativo de forma a ali tratar suas demandas. Do outro lado da polarização, e tão legítima quanto a primeira, está uma segunda demanda reprimida que é exatamente a demanda de natureza sindical dos trabalhadores públicos. Esta demanda pretende, a partir da dinâmica sindical, assegurar recursos financeiros públicos de forma a garantir a recuperação de suas perdas salariais históricas, progressões do pessoal da educação, reforma da previdência etc. Esta demanda assume, no movimento sindical, através de suas entidades, o espaço organizado e representativo para tratá-las e não reconhece, a princípio, o OP como um espaço que substitui a luta sindical.

Esta relação impõe um conflito básico: demandas distintas, com sujeitos políticos organizados também distintos, mas interessados em se apropriar do mesmo objeto (recursos financeiros públicos – sempre escassos). Não há como solicitar ou convencer o conjunto dos trabalhadores públicos a que renunciem suas reivindicações em detrimento de financiar melhorias de vida para o conjunto das comunidades. Tampouco é aceitável imaginar a situação inversa, isto é, admitir que o conjunto das comunidades tomadas por um sentimento

de generosidade, abdicuem suas reivindicações de forma a promover melhorias salariais para o conjunto dos servidores. Trata-se de um problema de final aberto. São polarizações constantes e permanentes, geralmente cíclicas com relação ao seu grau de tensionamento. Tampouco não seria razoável, querer a supressão das reivindicações do segmento empresarial na orçamentação pública.

Isso posto, é bom lembrar que o grau de comprometimento do orçamento em relação a folha de pagamento é mediado pela técnica, mas em última instância é politicamente determinado. Sendo assim, é necessário estabelecer um conjunto de operações de modo a assegurar que haja efetivamente uma mediação política e que ao mesmo tempo tal conjunto seja politizante, destutelador.

9.1 Radicalizando a democracia

A participação popular via orçamento participativo cria, mesmo que de maneira gradativa, uma nova cultura política na relação do cidadão e “coisa pública”. Esta participação tem no montante de investimento anual a motivação maior, cuja sua alocação as comunidades soberanamente discutem e deliberam. Sucede que a maior parte dos recursos já estaria previamente comprometida com folha de pessoal, custeio e dívidas, sendo que o excedente de imediato assumiria o caráter de investimento. Este excedente, dividido pelo total dos recursos, compõe uma taxa que doravante chamaremos taxa de investimento. Sendo assim, a taxa de investimento é quase sempre um resíduo ou uma sobra dos recursos que previamente estão comprometidos. Para deixar bem claro: primeiro "honra-se" os compromissos de custeio e folha de pessoal, para depois saber o que se pode aplicar como investimento.

Em alguns municípios cresce a pré-disposição de levar o conjunto da população a manipular a totalidade dos recursos orçamentários. Aceitar a idéia de discutir e deliberar sobre 100% (cem por cento) do orçamento é positivo, mas pode trazer, num primeiro momento, uma falsa ilusão de que os recursos financeiros públicos teriam ampla e imediata capacidade de flexibilização ou de que a partir do processo participativo, pudessem os cidadãos livremente transitá-lo de um lado para outro, caso contrário, a democracia estaria comprometida. Discutir 100%, inicialmente sugere a possibilidade de um *zeramento*, isto é, como se não houvesse compromissos anteriormente assumidos. Esta interpretação tende a elevar o grau de expectativas da comunidade, de modo que a mesma considere a possibilidade de usufruir de um maior contingente de recursos orçamentários para suprir suas necessidades. O perigo estaria em precisamente elevar o grau de expectativas e posteriormente frustrá-lo.

Uma conclusão mais afoita nos permitiria dizer então que a idéia de trabalhar com 100% não passaria de um engodo pois, na prática, a soberania da comunidade estaria assegurada tão somente no tocante à taxa de investimento. Não é verdade. Discutir sobre os 100%, além de permitir total transparência, disponibiliza uma nova reflexão sobre a totalidade dos recursos e, por decorrência, sobre as atribuições da Prefeitura. Esta possibilidade avança, ainda, na perspectiva de envolver o cidadão e sua comunidade numa reflexão mais universalizante, e o transforma cada vez mais cidadão, além de elucidar responsabilidades dos governos estadual e federal e introduzir no debate orçamentário uma variável fundamental, qual seja, a variável tempo.

Uma maneira didática de discutir esta variável tempo talvez seja nos perguntando: por quais razões estaríamos aprisionados, reféns, de despesas outras que, de tal sorte, ficamos impossibilitados de redistribuir, por métodos participativos e democráticos, os recursos financeiros de modo que, a depender da expectativa da comunidade, poderíamos ampliar a taxa de investimento em detrimento do custeio, ou talvez, na expectativa dos servidores, poderíamos ampliar a taxa de participação da folha de pagamento em detrimento do investimento? Ou ainda, na perspectiva do capital, melhorar as condições gerais para a sua acumulação? Primeiro: não é verdade que esta realidade seja imutável. Que a prefeitura irá eternamente distribuir os recursos financeiros nesta mesma e exata proporção. Segundo: mesmo que se reconheça alguma flexibilidade, ela só será alcançável após um determinado tempo.

Se em determinado momento encontramos os itens custeio, pessoal e investimento estabelecidos em determinada posição relativa, devemos entender que não estão nestas condições por acaso. Trata-se em essência, de uma construção histórica. Sendo assim, se levarmos em conta a existência desta construção histórica, transformá-la implica admitir a necessidade da variável tempo, pois se a mesma é produto de um acúmulo histórico, político,

técnico e administrativo, refazê-la apontando novos horizontes exige tempo e, por decorrência, inteligência estratégica, qualificação técnico-administrativa e motivação política para transformar a construção histórica atual. No entanto, por mais importante que seja a construção do debate de 100%, ele não pode ser confundido com a proposta de Planejamento Participativo, mesmo se seus resultados pudessem sugerir e nos encaminhar para lá.

9.2 Planejamento participativo: um passo à frente

Por mais positivo que possa ser o debate acerca dos 100%, e indiscutivelmente superior em relação a discussão da taxa de investimento, ele ainda reproduz o mesmo vício: a cidadania em geral é atraída para o debate a partir da lógica financeira/orçamentária. Esta lógica, além de não visar diretamente uma reflexão totalizante e universal acerca do município, tem produzido no sentido prático uma redução do próprio espírito da proposta, isto é, transforma em muitos casos, a proposta de orçamento participativo em "despesa participativa".

Se é verdade que o OP efetivamente democratiza a gestão do poder local, que promove um salto para o exercício da cidadania em patamar muito superior, que através do OP a população pode diretamente manusear os recursos financeiros públicos municipais, é também verdadeiro que o OP é um instrumento que deixa a desejar no sentido de possibilitar a participação da população em outras questões que não passam diretamente via orçamento. Este mesmo cidadão está metodologicamente refém do OP e excluído do manuseio, por exemplo, do Plano Diretor. Em outras palavras: mesmo possuidor de uma gigantesca energia transformadora, o OP está circunscrito ao debate financeiro/orçamentário e por isso é limitador de uma ação participativa totalizadora e universal.

Quando a população é atraída para discutir a alocação dos recursos financeiros municipais, quase sempre sua primeira preocupação é obter conquistas de caráter pontual e represadas historicamente. As motivações que provocam as mobilizações não estão conectadas a uma visão de futuro de cidade, de políticas públicas indutoras de "vida melhor", mas, à carências básicas de subsistência. Essa lógica induz então, o governo a se voltar para o passado e com disposição política e elevado espírito democrático, saldar, pagar a enorme dívida social existente para com a sociedade. Tal dinâmica sugere que o governo fique de

costas para o futuro e governe para o passado. Desde que esta opção a princípio seja uma escolha consciente do ato de governar, e não um resultado casual, mero produto de uma metodologia participativa que se encerra em si mesma, pode ser entendida como uma estratégia de governo.

Esta dinâmica cria uma contradição. No primeiro plano produz um ambiente fértil para um contato com o conjunto das carências existentes no município e a partir daí possibilita, ou não, uma discussão mais macro sobre a cidade. No segundo plano, a sua ação prática (execução orçamentária) tende a se materializar de maneira fragmentada, micro e desconectada de uma visão de longo prazo, de futuro da cidade. Aí reside o caráter limitador do OP e como decorrência nos desafia superá-lo. Milton Santos assim nos ensina com relação a escala temporal da problemática das cidades:

*De muito pouco adianta blaterar contra o tamanho excessivo das cidades ou providenciar estatísticas que façam crer que elas vão parar de crescer. O que, em primeiro lugar, urge fazer é tomar as cidades e a urbanização como realmente elas são e empreender o que há muito tempo se deixou de fazer, isto é, um exame sistêmico estrutural do fenômeno como coisa global que ele é. Cabe, sem segundo lugar, formular cenários de longo prazo, cujo conteúdo seja forçosamente menos urbanístico e mais de natureza econômica, social e política. **Somente a partir de um horizonte temporal mais dilatado é que os cenários de médio e curto prazo podem ser delineados e são compreensíveis** [grifo meu].⁵⁸*

Quando reclamamos sobre a falta de uma visão de futuro, queremos dizer de uma falta de uma construção coletiva e articulada urbano, regional, técnica, política, social, econômica, cultural e administrativamente. A construção desta visão ou deste projeto tem no Planejamento Participativo (PP) a sua nova expressão. Transitar então do OP para o PP é o passo seguinte. O que queremos é, portanto, conceber, em processo assemelhado ao OP, uma

⁵⁸ SANTOS, Milton. Ter medo de quem na cidade grande? In: RIBEIRO, Wagner Costa. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002. p.127.

perspectiva de cidade. No sentido mais geral da luta de classes, eis aí a construção de uma nova hegemonia.

Neste sentido, cabe então perguntar: o que aconteceria com o OP? Desapareceria automaticamente? Bem, nesta metamorfose um novo ser (PP) tomaria corpo e vida e evidentemente suplantaria o seu antecessor (OP). O Planejamento Participativo deverá nascer por dentro do Orçamento Participativo e enquanto seu próprio esgotamento, para que o primeiro possa se afirmar. Por decorrência, o orçamento enquanto processo, documento e lei, assume a condição de instrumento acessório, secundário e auxiliar ao Planejamento Participativo. O OP assumiria o caráter de meio e não de fim, se articularia com relação ao Planejamento Participativo enquanto ferramenta técnica, de suporte. E ainda assim, o Orçamento Participativo continuaria importante.

9.3 Sistema integrado de participação popular

Em âmbito nacional, na maioria dos casos os conselhos municipais (saúde, educação, criança e adolescência, etc.) surgiram por exigência de lei. Nem por isso, deixam de oportunizar o exercício da cidadania e tampouco, de serem espaços efetivos de participação popular. O problema é que, assim sendo, estamos diante de uma variedade de espaços que necessitam de uma integração, sob pena de vê-los sempre em sistemática rotina de conflito e desacordo. A princípio não deveria haver uma relação hierárquica entre os conselhos, isto é, qual conselho é mais importante, tem maior poder etc. Ao nosso entender, os conselhos não deveriam-se articular verticalmente, mas horizontalmente, inclusive o próprio conselho do OP.

A criação de um sistema integrado de participação popular pode ser vista como uma aposta para preparar a edificação do PP. Neste sistema integrado, diversos enfoques, sejam eles micro-regionais, setoriais, temáticos ou corporativos, passariam a influenciar o processo decisório, e mereceria portanto uma atenção especial na medida em que propicia, além do ambiente participativo, a troca de informações, promoveria a formação de cidadania e ao mesmo tempo conformaria, em maior escala, um processo de politização.

10. Considerações Finais

A cidade não é um grande objeto, nem matéria inerte edificada. Toda cidade é viva e enferma. Cada cidade assume características próprias que lhe definem função e identidade. Estas características são influenciadas por suas circunstâncias geográficas e, por decorrência, determinam certas especificidades. Nenhuma cidade é “cidade” e ponto final. Temos a cidade-indústria, a cidade-turismo, a cidade-cultural, a cidade-serviço. Temos cidades com níveis de especialidades ainda mais segmentados, como: cidade-do-vinho, cidade-do-carvão etc.. Com estas variadas especificidades, um País conforma uma rede de cidades, uma federação, definindo seus limites e potencialidades. Cada cidade participa com diferenças mas, guardando similitudes.

Em seu curso histórico, Florianópolis colaborou com esta federação de cidades brasileiras de maneira secundária e irregular. Ora atendeu necessidades estratégicas militares por situar-se entre duas importantes cidades litorâneas (Rio de Janeiro e Buenos Aires). Ora a mesma vantagem geográfica lhe conferiu função portuária, dinamizando-a como centro comercial. Mais tarde, transitou para centro administrativo e universitário até que, sem desfazer-se de outros encargos, assumiu, nos dias atuais, o turismo como atividade econômica privada predominante.

Não encontramos em nossas pesquisas voz discordante no que tange à grande influência exercida pela Ponte Hercílio Luz na definição espacial de Florianópolis. Inaugurada em 13 de maio de 1926 a Ponte passou a ser um “divisor de águas”. Além de facilitar a ligação Ilha-Continente, impactou de modo a induzir a expansão urbana no sentido da porção continental e exigiu em contrapartida adaptação das principais vias que compunham o Centro de Florianópolis. Dentre elas, destacamos a Rua Felipe Schmidt,

Conselheiro Mafra e Avenida Rio Branco. Com seu advento, inaugurou-se nova fase para a Capital catarinense.

Uma cidade projetada para o tráfego de carroças, bondes de tração animal e cavalos, pretendia agora, com a construção da Ponte, acolher o trem integrando-o com a modalidade marítima. O plano ferroviário estadual não progrediu como se esperava e a Hercílio Luz transformou-se em ponte rodoviária. O automóvel forjou uma nova urbanização de modo que a cidade teve que ser refeita para atender suas novas exigências. O Continente foi “descoberto” e seu acesso facilitado de onde a ele é conferida a prática intensiva e extensiva do veraneio. Surgem vários loteamentos. A lógica imobiliária ali aplicada engendrou contraditoriamente um processo de ocupação que culminou com a inviabilidade da porção continental para prática do veraneio. Isto ocorreu em razão do comprometimento da balneabilidade de suas praias, trinta anos mais tarde, por causa do despejo indiscriminado de esgoto doméstico. Mataram a “galinha dos ovos de ouro”. Nos anos de 1970, o Norte da Ilha passou a ser a “bola da vez”. A construção da rodovia SC 401 viabilizou o acesso e uma irrefreável ocupação se dinamizou. Dois movimentos distintos se iniciam. No Norte insular, o capital se viabilizava como dinâmica fundiária e especulativa (Aderbal Ramos criou a Imobiliária Jurerê no final da década de 1950, o grupo empresarial Habitusul compra no ano de 1980 expressiva gleba de terra em Jurerê e atualmente, o governo do Estado prepara a implantação de um mega empreendimento conhecido como *Sapiens Park* numa área de 5,3 milhões de metros quadrados em Canasvieiras etc.). Já o Sul ia gradativamente sendo ocupado por camadas populares e de classe média sem a presença ostensiva de grandes empreendimentos fundiários/imobiliários capitalistas e nele se avoluma expressivo contingente populacional. A partir de 1996 a ocupação da região sul insular vêm, ademais, sendo estimulada pela construção, pelo Governo do Estado, do complexo viário da Via Expressa Sul - composto pelo túnel no Morro da Prainha, pelo aterro hidráulico na baía dos

bairros Saco dos Limões e Costeira, além da ligação com a rodovia SC 405. Todo este processo é interpretado como “desenvolvimento” e “progresso”.

Florianópolis engendrou em seu processo de expansão urbana um forte dinamismo de segregação que se manifesta de diversas formas, em especial a espacial e a social. A relação estabelecida entre espaço e classes sociais é seletiva. Os ricos se protegem de diversas formas da “ameaça” dos mais pobres e o espaço, neste aspecto, passa a ser estratégia de defesa, de autosegregação, para o caso das elites. Bairros que se confinam, ruas privadas com cancelas e guaritas, condomínios fechados, guardas privadas, vigilância eletrônica, grades de ferro etc.. Observando este fenômeno como tendência para as cidades, Milton Santos chama a atenção para a seguinte questão:

Já se vê que o problema das grandes cidades não se resolverá através dos chamados planos regionais ou de soluções urbanísticas e muito menos com a ajuda de planos diretores municipais, parciais e fragmentários por definição...

*Se continuarmos a estudar e intervir na cidade usando modelos inadequados e sem consideração pelas realidades globais do país, como de um modo geral ainda se faz, **quem causará mais medo na cidade não será o bandido que nos espreita na esquina, mas os responsáveis pelo pensamento dos problemas urbanos e pelas soluções encontradas** [grifo meu].⁵⁹*

Não obstante reconhecendo limitações para viabilizar a solução dos problemas urbanos no contexto circunscrito à cidade, temos o entendimento que quanto maior essa última (metrópole), maior integração nacional se exigirá na busca das soluções de seus problemas. Nem por isso o “local” deixa de ser palco privilegiado para engendrar soluções, principalmente para uma cidade de porte médio e com as características de Florianópolis. O

⁵⁹ SANTOS, Milton. Ter medo de quem na cidade grande? In: RIBEIRO, Wagner Costa. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** São Paulo: Publifolha, 2002. p.128.

desafio é ir além de produzir o “bem estar social”, pois como bem aponta Francisco de Oliveira:

*...formas de governo democráticas, que renovaram a administração pública e interviram estabelecendo alianças com o pequeno empresariado local – em Bolonha comia-se nos restaurantes com os **tickets** da prefeitura, que subsidiavam simultaneamente o consumidor e o empresário do restaurante – foram derrotadas pelo seu êxito, e não pelo seu fracasso. Dizendo de outro modo: o bem-estar operou deslocamento dos eleitores para a direita, que dissolveu a experiência de participação e concertação de conflitos...*

A questão é, pois, perturbadora. Pode-se até ser cínico: pouco importaria essa dissolução ou a derrota na vitória, desde que os direitos criados e o cidadão que se autoproduz, se autofaz, permaneçam. Mas é aí que mora o perigo: na verdade, os chamados processos de desregulamentação ameaçam a cidadania e os direitos por ela gerados.⁶⁰

Quando falamos das soluções, estamos nos referindo a soluções alternativas. Não são apenas soluções de caráter pontual, “melhoristas” e adaptadas às estruturas de dominação e exploração capitalistas. A “perturbação” acontece na medida em que vivemos uma espécie de angústia intelectual. Do ponto de vista teórico, já se tem fartos indícios da incapacidade sistêmica do modo de produção capitalista em oferecer soluções estruturais às contradições por ele engendradas e, por outro lado, é forçoso reconhecer que ainda não se reúne as condições para viabilizar a sua superação. Este impasse exige uma estratégia de atuação combinada: movimentos sociais produtores de mudança e atuação institucional por meio de políticas públicas. Acumular forças para alterar a desfavorável correlação de forças existente é o desafio. É nesta situação que vale apelar para a idéia de “esperança”, desde que entendida como:

A esperança é paradoxal. Não é nem uma espera passiva nem uma força irreal de circunstâncias que não podem ocorrer. É como o tigre agachado que só saltará quando chegar o momento de saltar. Tampouco o reformismo cansado e o aventurismo pseudo-radical são uma expressão da esperança. Ter esperança

⁶⁰ OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** Mimeo. p. 15.

*significa estar pronto a todo momento para aquilo que ainda não nasceu e todavia não se desesperar se não ocorrer nascimento algum durante nossa existência.*⁶¹

Propostas alternativas para reorientar Florianópolis vem sendo gradativamente apresentadas. A lógica econômica dominante e suas variantes, muitas vezes também travestidas de “alternativas”, vem sendo confrontadas por formulações que realmente se propõe a pensar saídas para a sociedade. Dentre elas, destacamos concepções como a do economista e professor Armando de Melo Lisboa, que questiona e aponta:

Se a mono-cultura turística tem se mostrado maléfica, se a fase do empreguismo público já passou e não serve mais de “alavanca” para o nosso desenvolvimento, se aqui consensualmente não cabem as “indústrias com chaminés”, o que nos resta? Podemos sempre contar com nossos principais recursos até hoje amplamente sub-utilizados, ou seja, nossas tradições, nosso povo (pobres em sua maioria), nosso mar. A perspectiva da crescente auto-suficiência relativa do campo da economia popular coloca uma possibilidade para quebrar a lógica destrutiva que preside a sociabilidade contemporânea, aproveitando oportunidades que se abrem em face ao processo de globalização e reestruturação produtiva...

*A necessária reinserção da economia na sócio-natureza passa pela definição e respeito aos frágeis limites ecossistêmicos, por recuperar uma economia conforme nosso “jeito manezinho de ser” apoiando tecnológica e financeiramente (redirecionando, portanto, as políticas e os preciosos – e imensos – fundos públicos) as atividades tradicionais, investindo-se no potencial de aquicultura local, nas micro-empresas, no transporte marítimo e no ecoturismo, combinando a valorização econômico-cultural das nossas localidades com a conservação dos recursos naturais.*⁶²

Como elemento constitutivo das propostas alternativas, consideramos válida a prática de experiências de Economia Solidária, que tendem a introduzir novos valores nas relações sociais. Ao invés de se preparar a base produtiva para competir, dilacerar, deveríamos girar para associar, cooperar no processo de produção. O próprio modo de produção capitalista introduziu com grande força a idéia da cooperação, mas não suprimiu seu conteúdo competitivo. É a partir da cooperação que as empresas capitalistas se interagem; a casa de ferragens vende as mercadorias das empresas de fundição, que necessitam das empresas extrativistas do minério de ferro, dentre outros exemplos. No ambiente interno das fábricas o

⁶¹ FROMN, Erich. **A Revolução da Esperança**. São Paulo: Zahar Editores, 1969.

⁶² HUERTAS, Franco. **Entrevista com Carlos Matus**: o método PES. São Paulo: Fundap, 2001. p. 19.

processo de trabalho também é de cooperação: os operários cooperam entre si, que por sua vez contam com a cooperação dos engenheiros, do setor administrativo, da copa etc. A cooperação é elemento constitutivo do processo de gerenciamento da produção e comercialização capitalista mas, em última instância, a mesma acontece enquanto relação de desigualdade. A economia solidária traz consigo a idéia de cooperação na igualdade. Por isso, é aqui interpretada como proposta alternativa.

A cidadania é, por sua vez, a afirmação de um outro componente alternativo e tem, ao nosso ver, no Planejamento Participativo a apropriação coletiva da cidade. A luta pela cidadania é uma luta anti-capitalista, na medida em que é a não aceitação da exclusão engendrada pelo modo de produção capitalista. Lutar em favor da cidadania é lutar em favor da inclusão política, econômica, cultural e social e, por decorrência, colidir com as leis e valores do modo de produção burguês. O Planejamento Participativo é uma forma superior de relacionamento entre o cidadão e sua cidade.

As políticas ambientais que visam alterar a forma de relação entre economia e meio ambiente, em suma, têm com a natureza uma relação que não a reduz a uma visão de mero insumo de produção. Estão, portanto, também no campo das políticas alternativas. Somos sabedores que meio ambiente saudável é incompatível com capitalismo, seja em sua versão social-democrata ou neoliberal.

O futuro de Florianópolis está diretamente associado à capacidade de seu povo reagir. Localizamos, em nossa pesquisa, elementos que demonstram o desenrolar de uma tendência ameaçadora. No entanto, estamos convencidos que tendência não é destino, logo, o futuro é manobrável e esta manobra tem que começar agora. O futuro não é aquilo que vai acontecer, mas está em grande medida determinado por nossas ações no presente. É urgente intervir sobre as aflições (sociais, ambientais, econômicas, etc.), mas desde que esta intervenção imediata esteja articulada com um projeto de superação do estágio social vigente.

Lançamo-nos a uma explicação da expansão urbana do município de Florianópolis e neste empreendimento ela está comprometida, pois nenhuma explicação prescinde de sujeito cognoscente. Toda explicação é prenhe de valores e motivada por interesses. Nem mesmo uma explicação de caráter acadêmico, como a que aqui desenvolvemos, está “descontaminada” e livre de valores e interesses. Os atores sociais que interagem no jogo social complexo urbano florianopolitano quando se conflitam só o fazem porque possuem explicações diferenciadas sobre o mesmo objeto. Cabe ainda dizer que as diferenças na explicação não são determinadas só pelo ângulo diferente de se responder à mesma pergunta, mas porque também se fazem perguntas diferentes para serem respondidas. Sendo assim, podemos afirmar que a explicação do fenômeno urbano (e não só dele) é relativa ao ator que a explica e, em decorrência, não existe explicação única. Exatamente por identificarmos uma multiplicidade de atores sociais é que, forçosamente, reconhecemos uma outra multiplicidade de explicações. As explicações são guiadas por esses interesses e valores e as ações dos atores sociais são decorrentes de seus entendimentos: “são explicações situacionais”.⁶³

Logo, ao não desejarmos uma explicação sobre a expansão urbana em Florianópolis produtora de um consenso não o fazemos por uma questão de preferência ou opinião, mas simplesmente pela impossibilidade de construí-la.

⁶³ MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente**. São Paulo: Fundap, 1997.

Referências Bibliográficas

1. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os descaminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1988. p.25.
2. ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. p. 22.
3. SANTOS, Milton. Quem tem medo das grandes cidades? In: RIBEIRO, Wagner Costa. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: PubliFolha, 2002. p.125.
4. CARCANHOLO, Reinaldo A. Sobre a ilusória origem da mais-valia. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.16, p. 77-78, mar. 2003.
5. AUED, Idaleto Malvezzi. **O Ensino da geografia no novo milênio: marxismo e Geografia**. Chapecó: Argos, 2002. p. 20.
6. SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 13.
7. MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Livro 1, v.2, cap. XXIV, p. 829.
8. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista** . São Paulo: Global, 1993. p. 78-80.
9. SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 13.
10. LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. p. 122-123.
11. DINIZ, Francisco. A problemática do desenvolvimento rural no contexto da U.E. In: **Curso de Verão Portugal**. Portugal: AURN, 2003. 1 CD-ROM.
12. MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p.17.
13. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998. p.42
14. GORENDER, Jacob. **Marxismo Sem Utopia**. São Paulo: Ática, 2000. p. 26.
15. FILHO-MONTIBELLER, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 24.
16. MÉSZÁROS, István. O marxismo hoje: entrevista com István Mészáros. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 2., p. 131, 1995. Entrevista.

17. MÉSZÁROS, István. O marxismo hoje: entrevista com István Mészáros. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 2., p. 130, 1995. Entrevista.
18. MARX, Karl. **Capítulo Inédito VI de O Capital**. São Paulo: Moraes, 1985. p. 133-134.
19. AUED, Idaleto Malvezzi. **O Ensino da geografia no novo milênio: marxismo e geografia**. Chapecó: Argos, 2002. p. 25.
20. MARX, Karl. **Capítulo Inédito VI de O Capital**. São Paulo: Moraes, 1985. p. 169.
21. HUERTAS, Franco. **Entrevista com Carlos Matus: o método PES**. São Paulo: Fundap, 2001. p. 12. Entrevista.
22. MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente: governantes e governados**. São Paulo: Fundap, 1997. p. 253-257.
23. HUERTAS, Franco. **Entrevista com Carlos Matus: o método PES**. São Paulo: Fundap, 2001. p. 19.
24. RODRIGUES, Edmilson ; LIMA, Carlos. **Reflexões sobre a cidade e sua gestão**. Belém: Labor, 2003. p. 3.
25. RODRIGUES, Edmilson ; LIMA, Carlos. **Reflexões sobre a cidade e sua gestão**. Belém: Labor, 2003. p. 5.
26. MARICATO, Hermínia. **Brasil, cidades : alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 110
27. GABEIRA, Fernando **Folha Online**. Disponível em : <http://tools.folha.com.br/print.html?skin=emcimadahora&url=http%3A//www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54417.shtml> Acesso em: 14 out. 2003.
28. MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 18
29. AMORA, Ana Albano; AGOSTINHO, Maria da Graça. **Desenvolvimento urbano de Florianópolis: o caso do Campeche**. – Março de 1993. Texto.
30. LAGO, Paulo Fernando. **Florianópolis e a Questão Urbana: reflexões preliminares sobre transformações de cidades catarinenses** – Novembro de 1995.
31. MARTINS, Valmir. A Ilha do desejo. Mimeo. p. 1.
32. MACHADO, Ewerton Vieira. A Inserção de Florianópolis na Formação Socioespacial Brasileira Contemporânea. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida

- de (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 245.
33. FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis**. Florianópolis, 1997. p. 154. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina.
34. CECCA. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1996. p.175.
35. ARANTES, Otilia Beatriz Fiori . **A cidade do pensamento único uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 26.
36. CAMPOS, Nazareno José. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 123-124.
37. CAMPOS, Nazareno José. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 125.
38. CAMPOS, Nazareno José. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 133-135.
39. FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. p.57.
40. ADAMS, Betina. **Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história o patrimônio de Florianópolis**: UFSC, 2002. p.111.
41. **Bom dia, Domingo**. Florianópolis, 14 ago., 1977. Seção classificados, p. 5.
42. **Bom dia, Domingo**. Florianópolis, 14 ago., 1977. Seção classificados, p. 5.
43. STODIECK, Beto. Linhas e mais linhas para a cidade assassinada. In: PORTO, Bea; LAGO, Fernanda. **É tudo mentira: a história segundo Beto Stodieck**. Florianópolis: Verde Água,1999. p. 83.
44. BBC Brasil.com. **Número de favelados deve dobrar até 2030**. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/10/printable/031006_favelas21mp.shtml acesso em 12 out., 2003.
45. BOPPRÉ, Afrânio. De Floriano Peixoto a Chico Mendes. In: RAMPINELLI, Waldir; **História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2003. p. 160.
46. BALDESSAR, Padre Quinto Davide. Eu vi o Estreito crescer. In: SOARES, Iaponam. **Estreito vida e memória**. Florianópolis: FFC, 1990. p. 42.

47. SILVA, Quíncio Romalino da. Memórias de um comerciante do Estreito. SOARES, Iaponam. **Estreito vida e memória**. Florianópolis: FFC, 1990. p. 31.
48. SILVA, Quíncio Romalino da. Memórias de um comerciante do Estreito. SOARES, Iaponam. **Estreito vida e memória**. Florianópolis: FFC, 1990. p. 44.
49. PELUSO Jr. Victor A. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 318.
50. IDELFONSO, Juvenal. A nossa futuraosa Niterói. In: SOARES, Iaponam, **Estreito vida e memória**. Florianópolis: FFC, 1990. p. 124.
51. IDELFONSO, Juvenal. A nossa futuraosa Niterói. In: SOARES, Iaponam, **Estreito vida e memória**. Florianópolis: FFC, 1990. p. 124.
52. IDELFONSO, Juvenal. A nossa futuraosa Niterói. In: SOARES, Iaponam, **Estreito vida e memória**. Florianópolis: FFC, 1990. p. 123.
53. FERREIRA, Sérgio Luiz. **O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora das Águas, 1998. p.70.
54. BARBOSA, Tereza Cristina Pereira. **Ecolagoa**: um breve documento sobre a ecologia da bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição. Florianópolis: Agnus, 2003. p. 26.
55. SOUZA, Abelardo. Minha rua agora é sem graça. In: SOARES, Iaponam. **Estreito vida e memória**. Florianópolis: FFC, 1990. p. 127-128.
56. FERREIRA, Sérgio Luiz. **O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora das Águas, 1998. p.81.
57. OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis** : uma crítica à indústria pós-moderna. Florianópolis: UFSC, 1998. p. 61.
58. CUNHA, Rodrigo Vieira. Praias: Santa Catarina ¿Vamos a la playa? Santa Catarina se prepara para uma invasão recorde de turistas, principalmente argentinos. **Revista Veja**, São Paulo, dez. 1999.
59. SANTOS, Milton. Ter medo de quem na cidade grande? In: RIBEIRO, Wagner Costa. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002. p.127.
60. SANTOS, Milton. Ter medo de quem na cidade grande? In: RIBEIRO, Wagner Costa. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002. p.128.
61. OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? Mimeo. p. 15.

62. FROMN, Erich. *A Revolução da Esperança*. São Paulo: Zahar Editores, 1969.
63. LISBOA, Armando de Melo. Plano, sim: mas para qual direção? In: TEIXEIRA, José Paulo e SILVA, Jorge E. **O futuro da cidade**. Florianópolis: Instituto Cidade Futura, 1999. p. 141 e 142.
64. MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente**. São Paulo: Fundap, 1997.

Lista de Ilustrações

Fotografia 1 - Catraia de travessia ilha-continente anos 1920.....	27
Fotografia 2 - Centro de Florianópolis com a ponte ao fundo nos anos de 1930.....	28
Fotografia 3 - Vista panorâmica de Canasvieiras – 2003.....	36
Fotografia 4 - Construção da rodovia SC 401, abril de 1970.....	39
Fotografia 5 - Visão parcial Campeche – lado sul, agosto de 2003.....	42
Gráfico 1 - Evolução da população urbana – percentual da população urbana sobre o total e sua evolução proporcional comparativamente com o período anterior.....	43
Fotografia 6 - Rua Conselheiro Mafra.....	47
Fotografia 7 - Casarios da Lagoa da Conceição.....	47
Fotografia 8 - Trindade e Santa Mônica, nova ordenação espacial para Florianópolis.....	49
Fotografia 9 - Moradia nos anos de 1920 nas encostas do morro da região central.....	50
Fotografia 10 - Crianças pobres do morro da região central nos anos de 1920.....	50
Fotografia 11 - A conurbação dos municípios do aglomerado urbano, visão do Morro da Boa Vista de Biguaçu.....	52
Tabela 1 - População residente no aglomerado urbano de Florianópolis.....	53
Figura 1 - Macrozoneamento do Município de Florianópolis.....	55
Fotografia 12 - Majestic Hotel.....	63
Fotografia 13 - Avenida Beira Mar Norte “ganhou os céus”.....	65
Fotografia 14 - Dominical Bom dia, Domingo, seção classificados.....	66
Fotografia 15 - Belvedere da Ponte Hercílio Luz.....	68
Fotografia 16 - Verticalização do estreito acontecendo em 2003.....	69

Obras Consultadas

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A Contradição em Processo o capitalismo e suas crises**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SCHUPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FILHO, Alcides Goularti. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
